



Anais da Assembleia

N. 34

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE ABRIL DE 1986.

ANO XII

4. SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA
ATA DA 28.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 1986
TERÇA-FEIRA.

Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1986.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento interno, a anexação da Mensagem Governamental n. 50/86 ao Projeto de Lei n. 221/85, já aprovado por esta Casa de Leis e que tratam de matérias análogas.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1986.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

MENSAGEM 50/86

Curitiba, 22 de abril de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei dispondo que os integrantes da carreira de Agente de Segurança poderão participar de processo seletivo interno para acesso à classe inicial da carreira de Detetive, ambas previstas no art. 13, da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis foi precedida de estudos efetivados pelas Secretarias da Administração e da Segurança Pública, a partir de reivindicações formuladas pela Associação dos Agentes de Segurança do Estado do Paraná.

Vale ressaltar que as disposições constantes do anexo anteprojeto de lei complementar, juntamente com aquelas propostas através do art. 4.º, do anteprojeto encaminhado pela Mensagem n. 49/86, de 11 do corrente mês, elevando a "Tabela de Escalonamento Vertical da Polícia Civil", ensejarão aos atuais integrantes da carreira de Agente de Segurança, tanto no plano funcional como no da remuneração, uma situação bem mais justa e adequada no quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 1.º - Os integrantes da carreira de que trata o artigo 13, inciso IV da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982, lotados em unidades da Polícia Civil, poderão participar de processo seletivo para ingresso na classe inicial da carreira

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Djalma de Almeida César.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n. 65/86, constante da

constante do artigo 13, inciso III, da mesma Lei Complementar, desde que:

I - estejam, há mais de dois anos, exercendo comprovadamente as funções do seu cargo;

II- sejam aprovados em curso específico da Escola de Polícia Civil do Paraná, devendo o primeiro iniciar-se em 30 dias após a publicação desta lei.

Parágrafo Único - Concluído o processo seletivo, o Conselho da Polícia Civil procederá a sua avaliação, encaminhando-a ao Secretário de Estado da Segurança Pública, para homologação e proposta de provimento.

Art.2.º - Os cargos da carreira de Agente de Segurança, ocupados por servidores que obtiverem o acesso, serão transformados em cargos da carreira policial de Detetive, mediante decreto.

Art.3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Damazio Mayer, ocorrido nesta data, na cidade de São Mateus do Sul.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O passamento do Senhor Damazio Mayer, progenitor do Prefeito, Senhor Laurival Kwiatowski Mayer, veio abrir enorme lacuna do seio da família, bem como da sociedade local, inclusive difícil de ser preenchida, onde gozava do mais alto conceito junto à comunidade, sempre ligado às causas humanitárias, militando com todas as suas forças em todos os setores.

Seu caráter, seu espírito de justiça e sua seriedade fizeram com que fosse um amigo, um irmão de toda a comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Constantino Fabrício de Mello, ocorrido no último dia 25.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Ao longo de sua existência as pessoas ou param e desaparecem sem deixar marcas na memória dos outros, ou marcam profundamente sua passagem pelas realizações de grandes feitos ou por características pessoais de bom relacionamento com sua comunidade.

A vida de Constantino Fabrício de Mello, foi uma mescla de atos na vida comunitária. Natural de Palmas, faleceu aos 73 anos de idade, era viúvo de Dona. MARIA DA LUZ: deixou 7 filhos e 15 netos.

O passamento do Senhor Constantino Fabrício de Mello, deixou lacuna, não somente entre seus amigos e familiares, como de resto em toda a comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, VOTO DE CONGRATULAÇÕES, pelo 115.º aniversário do progressista Município de Imbituva, com consequente encaminhamento aos Excelentíssimos Senhores NELSON THEODORO FENKER, JEOCONDO WALDEMAR BOBATO e Dr. EDSON FERREIRA SANTOS, respectivamente, Digníssimos Prefeito Municipal, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e Meritíssimo Juiz de Direito daquela Comarca.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Em 1871, Antonio Lourenço, bandeirante de fibra, natural de Faxina, abandonando o comércio de tropas, aliciou companheiros e demandou a Cupim, iniciando a construção da vila. Aos primeiros habitantes juntaram-se outros, numa luta titânica de destruir para construir a natureza bravia e inculta. Esses primeiros povoadores eram todos procedentes de Faxina, então Capitania de São Paulo.

A nova povoação não tardou a sofrer a influência de colonos alemães, poloneses e russos, que deram notável contribuição ao seu progresso e desenvolvimento. Aproximadamente em 1870 chegaram ali as primeiras famílias alemãs, procedentes de Santa Catarina. Dos núcleos coloniais paranaenses de Taguari e Quero-Quero também ali surgiram alguns alemães do Volga. As primeiras famílias prepararam o caminho para o estabelecimento de outras. Os colonos alemães que ali chegaram fixaram residência na direção da estrada que mais tarde ligaria Imbituva a Guarapuava, Ribeira, Mato Branco e Maria Brava.

Ao todo eram 50 famílias, mais ou menos. Em 1909, foi fundada a colônia do Cedro, com o total de 28 famílias alemães.

Também os italianos, em 1896, adquiri-

ram terras em Cupim e iniciaram a fundação de uma colônia.

O povoamento da localidade teve início em 1871. Dez anos depois, em virtude da Lei n. 651, de 26 de março de 1881, a povoação de Cupim, foi elevada à categoria de vila com a denominação de Imbituva, perdendo, assim, a sua antiga denominação.

Pela Lei n. 938, de 2 de abril de 1910, Imbituva recebeu foros de cidade sendo elevada à comarca de segunda entrância.

O seu território pertencia ao Município de Ponta Grossa, abrangendo inicialmente a área que hoje forma os municípios de Irati e Prudentópolis.

Em síntese, esta é a primeira parte da história do Município de Imbituva, cujo ciclo quanto ao seu surgimento, caracterizou-se pelas incontáveis ações empreendedoras e corajosas dos pioneiros, que demonstraram, sobretudo, uma forte e indecifrável crença que, do vigor do seu solo fértil, muitas seriam as riquezas que bem poderiam ser extraídas.

Contano com uma população aproximada de 30 mil habitantes, residentes tanto na zona rural como urbana, distribuídos numa área total de 976 km², o processo desenvolvimentista é fatalmente impulsionado pelo conjunto das atividades agrícolas, que envolve, direta e indiretamente, toda a população existente, responsável pelo destaque atualmente verificado, a nível de interior, por aquela cidade.

Sua sustentação sócio-econômica está galgada na indústria, agricultura e pecuária, sendo que no primeiro aspecto, destacam-se os cultivos de: maçã, milho, batata inglesa, soja, feijão e fumo. No âmbito da pecuária, sobressaem-se bovinos, suínos e eqüinos.

Assim sendo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quero, através do presente requerimento, cumprimentar o Prefeito Municipal Senhor NELSON THEODORO FENKER, que muito vem realizando em prol daquela comunidade, as autoridades constituídas e o povo de uma maneira geral, pelos seus 115 anos, desejoso que, Imbituva, cada vez mais, continue a merecer a confiança do Paraná, face a sua importância no contexto sócio-econômico.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais deste Poder Legislativo, um voto de congratulações à comunidade da Igreja Adventista do 7. Dia pela inauguração, hoje, da sede da Corporação da União Sul Brasileira da IASD.

Este evento histórico marcará o início de uma nova administração que continuará os propósitos gerais estabelecidos pela Divisão Sul Americana da IASD, para o sul de nosso País. A instituição ora inaugurada centraliza a administração dos serviços da Organização nos Estados Sulinos - Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - sob liderança dos dinâmicos pastores Rodolfo Gorski e Adolfo dos Reis, pessoas que através da longa experiência vêm demonstrando excelentes resultados na importante obra que tem como base servir a Deus, à Pátria e ao semelhante.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa a referida Corporação, situado à Rua João Carlos Souza Castro, n. 480 - Guabirotuba - Nesta Capital.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1986.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Centro de Tradições Gaúchas (C.T.G.), Boi Brazino de Rebouças, pela realização do 1.º Rodeio Crioulo Interestadual promovido naquela cidade, nos últimos dias 25, 26 e 27.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Senhor IRINEU STRUJAK - (Patrão) que em nome do Poder Legislativo, cumprimentem todos os companheiros e simpatizantes.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Queremos, nesta oportunidade, homenagear através da Assembléia Legislativa do Estado, a laboriosa população de Rebouças pela realização do 1.º Rodeio Crioulo Interestadual, organizado pelo C.T.G. Boi Brazino, realizado nos últimos dias 25, 26 e 27 naquela cidade.

Marcada por muito esforço principalmente aquele despendido pela Comissão Organizadora dos festejos alusivos ao 1.º Rodeio Crioulo Interestadual de Rebouças, foi sem sombra de dúvida, uma grande festa, que ficará indelevelmente marcada na história de Rebouças, e, com nota máxima para a organização em geral.

As festividades, além deste Deputado, compareceram as mais altas autoridades da região, prestigiando assim, ao 1.º Rodeio Tradicionalista.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, na forma regimental, REQUER seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor IRIS RESENDE MACHADO, DD. Ministro da Agricultura, solicitando sejam tomadas as medidas necessárias à aprovação de áreas para o Paraná.

A reivindicação se afigura das mais justas tendo por base que o Paraná vem tradicionalmente mantendo um lugar de destaque no Setor Madeireiro do País.

Mediante esta posição, alcançou uma superior tecnologia, o que tem proporcionado indiscutível desenvolvimento na indústria moveleira, de papel e celulose, pasta mecânica e beneficiamento de madeira, além de, gerar o aumento de empregos e da receita tributária.

Entretanto, o Paraná que no início do século detinha uma cobertura florestal na ordem de 80%, hoje, detém o índice crítico de aproximadamente 4%, sendo que em algumas regiões, como o norte-nordeste, este índice baixa para 1%, isto em virtude da devastação das florestas e o baixo índice de reflorestamento.

Por intermédio da Associação Paranaense de Reflorestadores, o Paraná reivindicou, para este ano, a aprovação de, no mínimo, 41.360 ha, o que, indubitavelmente, proporcionará a manutenção de empregos nas áreas rurais, fixando o homem ao campo e assegurando o futuro abastecimento da matéria-prima florestal ao parque industrial já instalado, o qual, em alguns casos, se encontra com sua capacidade ociosa em torno de 70%.

Necessário se faz observar que, nosso Estado vem sendo discriminado pelo IBDF, o qual, podemos citar por exemplo, em 1984 aprovou 80.000ha para a Bahia e apenas 24.500 ha para o Paraná.

Tendo em vista que, em 1983 a 1986, o Estado sofreu uma redução de 50% das áreas aprovadas através de incentivos fiscais, e, a fim de que tenhamos sucesso na reversão de tal estado de coisas, conseguindo reaver as áreas constantes de programas anteriores, urge a compreensão e imediatas providências para negociações advindas do Ministério da Agricultura, no sentido de que, pelo menos, seja aprovada a reivindicação formulada pela Associação Paranaense de Reflorestadores, concedendo 41.360 ha ao Paraná.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1986.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Mi-

nistro de Estado da Previdência, no sentido da autorização de uma cota de internamento do INAMPS para a Municipalidade de Fênix.

Notadamente, a população de pouco ou médio poder aquisitivo, assegurado do Instituto da Previdência tem enfrentado, ao longo aos últimos anos, verdadeiros transtornos, face não poder contar com assistência médico-hospitalar em seu próprio município, recorrendo a outras cidades, o que, nos casos emergenciais, põe até mesmo em risco suas próprias vidas.

Neste sentido, conforme apelo manifestado pelo Chefe do Setor de Saúde de Fênix, Ilustríssimo Senhor Doutor João Nikio Konno, que esse Ministério dê o necessário e esperado apoio, determinando a assinatura de convênios para atender o referido município.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigido ao Ilustríssimo Senhor Presidente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, visando a realização de reformas gerais nas instalações da Escola Estadual Maria Antonieta Scarpari - Ensino de 1.º Grau, localizado na Municipalidade de Goioerê.

Reiterando por diversas vezes, ao passar do tempo, o estado que se encontra as instalações daquele tradicional e conceituado estabelecimento de ensino goioerense, só tem se agravado ainda mais. Tal situação naturalmente coloca até mesmo em risco seus frequentadores, bem como o bom andamento das suas atividades inerentes.

Urge, neste sentido, a tomada de providências, num menor espaço de tempo possível, afim de pôr fim ao citado problema, determinando, através dessa Empresa e Secretaria de Estado da Administração, a realização de reformas gerais nas instalações da Escola Estadual Maria Antonieta Scarpari, conforme iniciativa do Ilustríssimo Senhor Diretor Osvaldo Nassuo Nakano.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação ofi-

cial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a destinação de uma viatura devidamente equipada para a Delegacia de Polícia localizada na Municipalidade de Iretama.

Não é a primeira vez que o Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático daquela cidade, presidido pelo Ilustríssimo Senhor Lourival Vieira de Lima, tem insistido na real necessidade de se resolver os problemas inerentes ao setor de segurança, mais especificamente no que respeita a estrutura e equipamento policiais.

Faz-se necessário a tomada de providências, cuja reivindicação do PMDB de Iretama é no sentido da destinação de nova viatura, devidamente equipada, uma vez que, com um novo veículo, será possível agilizar os trabalhos daqueles organismos.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhada correspondência ao DETRAN, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, pedindo que sejam destinadas, gratuitamente, à Prefeitura Municipal de Cascavel, as centenas de placas usadas de veículos, inservíveis para o DETRAN, e que se encontram armazenadas na CIRETRAN de Cascavel.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1986.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

Foi intenção do nobre Vereador Aldo Parzianello, com assento na Câmara Municipal de Cascavel, ao apresentar seu requerimento n.147/86, a de adotar à Prefeitura naquela cidade de material necessário à sinalização das ruas e logradouros, após uma adequação às suas novas finalidades. Como as placas recolhidas pelo DETRAN não possuem outra serventia, será vantajoso para a Prefeitura local recebê-las graciosamente, que, ao moldá-las, estaria economizando substancial importância do erário municipal e prestando significativo serviço à comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais que lhe são conferidas, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná para que sejam analisadas as reais possibilidades de ser elevada para entrância final a Comarca de Campo Mourão.

Fora de qualquer dúvida, polarizando uma região compreendida por um total de outros dezenove municípios, Campo Mourão, localizada na região Centro-Oeste do Estado, representa uma das economias mais importantes do Paraná, bem como do País, calcada principalmente nas atividades agrícolas e pastoris, além do comércio diversificado e inúmeros ramos de complexos de fabricos e industriais.

Nos dias de hoje, Campo Mourão experimenta o que vem sendo chamado a sua melhor fase, em toda a sua história, do processo desenvolvimentista. Justamente por tais condições, cujos fatores têm possibilitado um acelerado ritmo de progresso, se faz necessário, por outro lado, dotar Campo Mourão de condições efetivas no sentido de permitir, conseqüentemente, que seu crescimento ocorra em patamares desejados, somente possíveis com a implantação de novas e verdadeiras estruturas.

No que respeita ao âmbito da justiça, o Município de Campo Mourão também necessita estar voltada para esta nova realidade, para teste novo período de ascensão.

Neste sentido, num movimento cujo nascimento surgiu através da Associação dos Serventuários da Justiça, sendo que atualmente já tem praticamente envolvido os principais e destacados setores daquela comunidade, a começar pelos próprios juizes, promotores, dos advogados, da Administração Municipal, da Associação Comercial e Industrial e de todos aqueles que, de uma maneira direta e indireta estão ligadas às atividades forenses, o objetivo principal é a concretização de um sonho acalentado e algum tempo: elevar a Comarca à Entrância final.

Ademais, vale considerar que, em todas a suas cinco Varas, constata-se facilmente o grande volume de processos, cuja quantidade por vezes acarreta morosidade nos seus encaminhamentos, cabendo ressaltar.

Pelas razões expostas reúne condições para que a pretendida solicitação, efetivamente, possa tornar-se, num menor espaço de tempo possível, uma realidade, compatível com o porte daquela rica e extensa região.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, visando o aumento do efetivo policial para a Delegacia localizada na Municipalidade de Janiópolis.

O problema não é atual. Na realidade, há muito tempo existe carência no quadro de policiais. Tal debilidade por vezes traz, como conseqüência, a falta de agilidade por parte da polícia, não garantindo as mesmas condições a altura de trabalhar com real operacionalidade.

Neste sentido, é preciso, fora de qualquer dúvida, que a população tenha a necessária tranqüilidade, segurança, só possíveis à medida que a polícia contar com o seu efetivo conforme suas necessidades.

Pelos motivos aqui apresentados, aguarda-se, por parte dessa Pasta o apoio à presente solicitação.

Sala das Sessões, em 29/04/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura e ao Senhor Presidente do IBDF, no sentido de que estas autoridades aprovem as cartas consulta para o Estado do Paraná, conforme solicitado pela Associação Paranaense de Reflorestadores.

Sala das Sessões, em 29/04/86.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

A pretensão manifestada por este requerimento, justifica-se pelo fato de que o Paraná, que no início do século detinha uma cobertura florestal de 80%, hoje detém o índice alarmante de 3%. Justifica-se mais, pelo fato de que o Paraná, que sempre teve uma tradição madeireira, hoje encontra-se com esse setor à beira do colapso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa de Leis o editorial publicado no jornal "Gazeta do Povo" de hoje, 29.04.86, sob o título "O Paroquialismo Sucessório".

Sala das Sessões, em 29/04/86.

(a) CAÍTO QUINTANA.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.86/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar da contribuição do IPE

Curitiba, terça, em 29.04.86

(Instituto de Previdência do Estado), os servidores inativos filiados ao Instituto.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29/04/86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

Apoio: Ervin Bonkoski.

JUSTIFICATIVA:

Os funcionários e serventuários filiados ao IPE (Instituto de Previdência do Estado), durante a sua carreira foram assíduos contribuintes junto à Previdência, portanto, nada mais justo do que se dar a esses dedicados servidores, mais um benefício, a exemplo do que já fez o Governo Federal no âmbito da Previdência Social.

Esta assertiva pode ser comprovada mediante o desenvolvimento que faremos a seguir:

1- FUNDAMENTAÇÃO QUANTO À COMPETÊNCIA

Formalmente a matéria ficaria defesa ao legislador com assento no Poder Legislativo, devido às restrições constitucionais impostas aos representantes populares pelo regime de arbítrio que governou o País durante vinte anos e que, no art.43 da Carta Magna Federal, veda ao Poder Legislativo e a seus membros, a iniciativa de leis sobre matéria financeira.

Mas está em curso, presentemente, no Congresso Nacional, a proposta de Emenda Constitucional que restabelece as prerrogativas constitucionais parlamentares.

Patrocinada por uma Comissão Mista do Congresso Nacional, ela dispõe expressamente sobre o assunto.

Com efeito por essa nova disposição, a Secção IV da Constituição Federal, que trata das "Atribuições do Poder Legislativo", tem acrescido um item, o n.X do art.43, pelo qual é reconhecida expressamente a competência do Congresso Nacional para dispor sobre

"X - Contribuições sociais para custear os encargos previstos nos artigos 165, itens II, V, XIII, XVI e XIX, 166, § 1.º; 175, § 4.º e 178".

Esta ampliação da capacidade de iniciativa do Poder Legislativo contempla, como se vê, as contribuições sociais de várias espécies, instituídas ao longo dos últimos períodos, como Previdência Social, Finsocial, Funrural e similares.

Igual repercussão terá essa ampliação da competência dos membros do Poder Legislativo na esfera estadual, tornando juridicamente válida a iniciativa de leis em matéria previdenciária.

2- FUNAMENTAÇÃO QUANTO AO MÉRITO

Quanto ao mérito, a proposição em causa tem a mais alta procedência técnica e

social. Com efeito, ela objetiva isentar da contribuição previdenciária ao IPE os servidores inativos filiados a essa Instituição Estadual.

Primeiramente quanto à abrangência da medida, observamos que ela regula a classe estatutária e servidores assimilados, como os serventuários da justiça, que por força da lei são assegurados da Instituição Previdenciária Estadual.

Tomando como referência o universo geral dos trabalhadores segurados pela Previdência Social, verificamos que se travou durante longos anos a luta pela anulação da contribuição obrigatória dos aposentados do Sistema INPS. Essa medida - arbitrária e configuradora de um verdadeiro retrocesso social foi implantada durante o período do regime autoritário, em 1979, a pretexto de cobrir o deficit da Previdência.

Com a mudança política verificada no Brasil, a partir de 1985, o Governo do Presidente Sarney assumiu com os segurados da Previdência, já inativos, o compromisso solene de corrigir os vícios e fraudes da Previdência de modo a restaurar o equilíbrio do sistema e não sacrificar os aposentados. Agora, no dia 1.º de maio, o Presidente vai assinar mensagem ao Congresso, cancelando a contribuição dos inativos, como um dos primeiros passos para o resgate da dívida social brasileira.

Com efeito, a técnica atuarial contemporânea ensina que um sistema previdenciário pode operar em equilíbrio, desde que perfeitamente ajustadas as responsabilidades contributivas dos seus elementos componentes. No caso brasileiro, a Previdência Social é integrada pelo empregador, pelo trabalhador e pelo Estado, os quais devem arcar com as contribuições necessárias ao funcionamento do sistema.

Do ponto de vista histórico e social, observamos que as formações sociais - desde a Antiguidade mais remota - se dividem em três segmentos: a Infância/Juventude, integrada pela parcela do grupo social que ainda está em formação e amadurecimento; a População Economicamente Ativa, que sustenta a produção econômica da comunidade; e os idosos, que já deram sua contribuição ativa, em período anterior e assim adquiriram o direito de ser sustentados pelo grupo em referência.

Ademais dessa parcela mais idosa da população ter adquirido o direito a uma sobrevivência condigna, mercê a poupança formada nas unidades familiares e na comunidade como um todo. Tal parcela de velhos e anciãos" ainda exerce um papel grupal da mais alta relevância: ela opera como "memória social" do grupo em causa.

Nesta dimensão, os membros idosos de uma família - e por extensão - de uma so-

ciedade - funcionam como a principal fonte de referência e socialização grupais, mostrando aos jovens em processo de formação, e também aos membros adultos que integram a P.E.A. como grupo que desenvolveu suas técnicas de convivência e produção, de solução de conflitos e de enfrentamento das calamidades. Mesmo em nossa sociedade ocidentalizada - teoricamente apoiada sobre a educação escolar, o conhecimento acumulado nos livros e outros documentos formais - o saber grupal se funda principalmente sobre a memória coletiva detida pelos membros mais maduros. Nesta linha estão os ensinamentos de Marshall McLuhan, Peter Drucker, Fustel de Coulanges, Alex Haley, Arnold Toynbee e quantos estudiosos avaliaram o fenômeno complexo da integração das sociedades humanas.

Finalmente, de uma abordagem humanística, notamos que o direito ao repouso condigno para aqueles que já contribuíram com o todo social manifesta a mais refinada expressão civilizatória.

É na idade mais avançada que o ser humano adquire o "direito" a gozar da vida, após uma existência dedicada ao trabalho socialmente útil. É nessa fase que o cidadão pode usufruir dos benefícios de uma sociedade com qualidade de vida digna, seja em viagens, em lazer e similares.

Também é nesse período que crescem as despesas pessoais, com produtos de saúde, aparelhos corretores de visão, surdez, dentição, locomoção, etc.

Resgatar a dívida social do Brasil com seus idosos é uma pequena mais importante tarefa dentro do esforço geral de democratização de nossa sociedade. Curitiba e o Paraná devem mostrar que estão em linha com essa filosofia humana que anima o Governo Federal - expressa no ato de isenção que o Presidente Sarney vai assinar, beneficiando os segurados inativos da Previdência.

E, parece, não faltam exemplos da solidariedade humana dos paranaenses, em favor de seus patrícios mais idosos: foi em nossa Capital que se realizou, no final de 1985, o I Congresso Nacional dos Aposentados; doutro lado, o Prefeito Roberto Requião já reservou na reforma do Passeio Público, um espaço de lazer para os idosos de Curitiba.

Portanto, atendendo a que os servidores aposentados pelo IPE já contribuíram por 35 anos (no caso dos homens) e 30 (no caso das mulheres), nada mais justo do que o Estado - na sua função dupla de empregador e agente do Poder Público - comparecer com sua parcela de contribuições para financiar o equilíbrio do Sistema Previdenciário Estadual operado pelo IPE e aceitar, desde logo, o presente plano de lei que isenta a contribuição adicional dos

inativos, porque ela é fundamentalmente inconstitucional, injusta e violadora dos altos padrões de civilização que o povo do Paraná atingiu.

PROJETO DE LEI N.87/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Os empregados das Empresas de propriedade do Estado do Paraná, ou sob o seu controle acionário, optantes ou não pelo regime do FGTS, não poderão ser demitidos até 1. de março de 1987, a não ser nas hipóteses previstas no artigo 482, da C.L.T., por motivo de falta grave devidamente comprovada.

Art.2. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Art.3. - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29/04/86.

(a) PAULO FURIATTI.

JUSTIFICATIVA:

Assessorado pela Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Paraná (FEEB-PR), trago a esta Casa, com o intuito de colaborar com o espírito de esperança que contaminou a todos os brasileiros, um projeto de lei que visa consolidar a visão de Justiça Social que sempre defendemos, com essencial para a formação de uma sociedade mais humana.

Até 1. de março de 1987, segundo as disposições do Decreto Lei n.2.284, de 10 de março de 1986, o Brasil passa por um estado de exceção, determinado pela necessidade de lutarmos contra a inflação, atacando a sua causa principal, ou seja, a especulação financeira.

Neste período, com a responsabilidade que o mandato legislativo nos confere, participamos com o povo de sua luta contra os infratores das disposições determinadas pelo aludido decreto-lei, reforçados pela posição firme de Sua Excelência o Presidente da República, que corajosamente, atacou de rente o maior de nossos problemas.

Se, por um lado, convocamos o Povo a ser o principal artífice dessas transformações, tal como o congelamento de preços, assumindo, ainda, o ônus do achatamento salarial que a medida requereu, nada mais justo, por outro lado, que confirmamos a este mesmo Povo, dentro daquilo que nos é possível, ou seja, em relação aos empregados celetistas das Empresas de propriedades do Estado, a certeza de que podem contar com a solidariedade de seus governantes e legisladores, no sentido de proteger o que lhes é mais caro neste momento: o seu emprego.

Em relação aos funcionários públicos, regidos pelo Estatuto próprio, a estabilidade é implícita, haja vista o respeito que a sua manutenção na função sempre mereceu, mesmo quando não definida legalmente, a sua estabilidade é fato notório.

No entanto, em relação aos celetistas, que trabalham nas Empresas de propriedade do Estado, embora a política de pessoal, ali utilizada, jamais tenha tido o objetivo principal de promover a sua rotatividade ou simples dispensa, jamais possuíram um mecanismo que os protegesse, diante de situações anormais ou da idiossincrasia de seus dirigentes.

Vemos como oportuno, com certeza, que neste momento excepcional por que atravessa o País, onde nos ronda o fantasma de uma recessão econômica, tal como aconteceu na Argentina, com a aplicação do Plano Austral, nós assumamos uma posição de esperança de que este País vai dar certo, e, tornemos expressa a intenção do Estado do Paraná em não permitir que nenhum de seus empregados, da administração direta ou indireta, perca o seu emprego, enquanto perdurar a batalha crucial contra a inflação e os seus nocivos efeitos.

A preocupação com a segurança no emprego, já tem sido demonstrada pelo Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região, que em julgamento havia no dia 23.04.86, quando apreciou o Dissídio Coletivo n.004/86, onde era Suscitante o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços da Saúde de Curitiba, sob a alegação de que, neste momento de nosso País, importante era assegurar aos trabalhadores a sua manutenção em seu emprego, concedendo-lhes a garantia disto até o dia 28 de fevereiro de 1987.

Nada mais justo, portanto, que o Estado do Paraná desencadeie esta medida de solidariedade aos seus empregados, assegurando-lhes que a luta por um País melhor será realizada em conjunto com todos os seus servidores, sem que um destes seja atingido pela dispensa imotivada.

A medida visa tornar expresso o compromisso que assumimos há vários anos, de promovermos as reformas sociais em conjunto com os trabalhadores, todos essenciais a que sejamos vitoriosos em nossas medidas, que seriam injustas se deixassem em segundo plano a segurança deste Povo que depositou a sua confiança irrestrita em todos nós, governantes e legisladores.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana, inscrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente,

Senhores Deputados.

Nesta tarde nos propusemos a analisar alguns aspectos que têm sido publicados pela imprensa paranaense, nos últimos dias.

De início, Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaríamos de dizer, que estamos requerendo a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa, do editorial da "Gazeta do Povo," sobre o paroquialismo sucessório aonde, com propriedade o jornalista responsável, analisa, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a importância de que o Paraná, tem uma postura, a nível nacional nas eleições de 1986, sem retaliações, sem política agressiva, prejudicando os nomes que o Paraná tem, a imagem dos líderes que o Paraná tem, mostrando que a disputa sucessória do Estado do Paraná é menor do que a importância que o Paraná tem no cenário nacional, e é muito menor do que a valorização dos nossos líderes, para que o Estado do Paraná possa grangear a respeito, a nível nacional, dos homens públicos deste Estado, para que possamos sair da Província que somos para nos tornarmos realmente um Estado, emprestando nomes ao Brasil, neste processo democrático que se abre.

Mas, quando me refiro a esse editorial da "Gazeta do Povo," que procura chamar a atenção para que venhamos a dar respaldo, a dar sustentação aos nomes paranaenses, a nível nacional, valorizando os nossos homens paranaenses, ao mesmo tempo, lamento matérias publicadas em outros jornais.

Queremos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, pela necessidade e a urgência da matéria, de responder aqui a uma coluna do Jornal "O Estado do Paraná", e para não atingirmos diretamente o Jornal "O Estado do Paraná" que presta um serviço para a comunidade paranaense na informação de suas notícias, dizer que é inverídica e que não gostamos da forma como é tratado o Oeste e Sudoeste do Paraná, numa coluna assinada pelo jornalista Enoch de Lima Pereira, confundindo o ataque ao Governo do Estado do Paraná, confunde o interesse da região Oeste e Sudoeste do Paraná, numa importância vital para todos nós, que é a construção da BR-163, com a ligação asfáltica de Capanema a Medianeira.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, esse conjunto de folhas retrata um levantamento que atinge os anos 60, quando as comunidades do Oeste e do Sudoeste do Paraná lutavam desesperadamente pela ligação da BR-163, ligando Iraí no Rio Grande do Sul a Dourados no Mato Grosso. E temos aqui nesse dossiê participação de homens públicos extraordinários que somaram conosco nesta luta do interesse do desenvolvimento regional da fronteira do Brasil com três países. Temos aqui levantamento

de trânsito que vem daquela região, mostrando que o trecho Capanema - Medianeira, já alimentou mais de mil e quinhentos carros por dia na travessia pelo Parque Nacional do Iguaçu, numa estrada que existe a bem mais de 20 anos. Temos aqui as declarações da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, da Assembléia Legislativa de Santa Catarina e da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, das Secretarias dos Transportes, de Ministérios, de Deputados Federais e Deputados Estaduais, mostrando a importância para o desenvolvimento do Sul do Brasil, da ligação da BR-163.

O que lamentamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que pessoas que nem sequer conhecem o Parque Nacional Iguaçu, pessoas que não sabem que mais de 100 estradas existem dentro do Parque Nacional Iguaçu para derrubar as suas madeiras, pessoas que não conhecem que até tratores existem dentro dos 170 mil hectares de terra do Parque, pessoas que não sabem que indústrias de palmito se alimentavam com palmito do Parque, pessoas que não conhecem a importância daquele revestimento, venham acusar a tentativa da região de construir a sua prosperidade.

Nós já estivemos em discussão com entidades que se preocupam com o meio ambiente, pela fauna e pela flora. Nós já estivemos em discussão junto com o companheiro Fonseca daquela região, discutindo democraticamente para mostrar que o revestimento da estrada do Parque Nacional do Iguaçu em nada prejudica esse Parque, porque não se trata de abertura de uma estrada nova, trata-se sim de revestimento de uma estrada que já existe há mais de 30 anos. Colocando para essas pessoas, que pelo contrário, na convicção que temos de amantes do Parque Nacional do Iguaçu, a pavimentação dessa estrada virá assegurar-lhe a sobrevivência. Mostrar que a construção de uma estrada de baixa velocidade, com alambrados do lado, com passagem de animal por baixo, vai permitir uma maior fiscalização do Parque. Mas aqui eu me pergunto, como perguntei em outras reuniões os pseudo-defensores do Parque Nacional do Iguaçu aonde estavam quando a "Eletrosul" queria construir a Usina do Capanema, que iria alargar mais de mil hectares do Parque Nacional do Iguaçu, e nós aqui gritamos contra isso, e a população daquela região se levantou. Se levantou e protestou e não tivemos eco nas nossas palavras. Aonde estavam eles no instante em que se construiu transpantaneira, aonde está a voz destes homens quando mais de um milhão de jacarés são abatidos todo ano nos pantanais do Mato Grosso. Aonde estavam quando se duplicou a rodovia para que turistas de dinheiro pu-

dessem presenciar as Cataratas do Iguaçu. Aonde estavam os defensores da natureza no instante em que teríamos que fazer cumprir o próprio Código Florestal, que exige, que à beira dos riachos, tenham as árvores, e que exige que 20% das propriedades agrícolas sejam mantidas com matas silvestres.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se a tentativa é acusar o Governo Richa por estar atendendo uma reivindicação dos paranaenses, porque o Oeste e Sudoeste do Paraná é tão paranaense quanto as outras regiões. Se a tentativa é atacar desmedidamente e sem critérios, um Governo que tem construído para o Estado do Paraná, não se use o interesse das nossas regiões, não se usem obras que nos custaram muito, para podermos conseguir a liberação delas, para que o progresso, o desenvolvimento e o crescimento econômico, acoplado com a conservação do Parque Nacional, possa ser mantida, então, eu lamento profundamente notas como essa na imprensa, que não têm o cuidado de avaliar aquilo que realmente acontece numa região, aquilo que faz bem ao Paraná, e a sua gente, e aquilo que deve ser feito, para preservar a natureza, para cuidar daquilo que nós temos neste pulmão verde do nosso Estado.

Muito mais importante seria essas pessoas estarem associadas conosco para elaboração de um projeto, que pudesse ter a aprovação do IBDF, e que pudesse proteger o Parque Nacional do Iguaçu.

Muito mais importante é que algo de construtivo seja feito, e as vozes, que desconhecendo as questões regionais, se calassem para não prejudicar o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Concedo o aparte ao Deputado Antônio Fonseca.

O SR. ANTÔNIO FONSECA - Antes de mais nada, gostaria de cumprimentá-lo pelo assunto que Vossa Excelência aborda esta tarde, e me parabeno e me irmano ao pronunciamento de Vossa Excelência porque estamos juntos nesta luta. Mas, gostaria de ressaltar no seu pronunciamento, que esta nota do jornalista, que saiu no jornal da imprensa, do Paraná, e no jornal de Curitiba, nós também nos propunhamos a subir à tribuna, mas achamos "despiciendo", pelo fato de que, com todo o respeito que nós temos pela imprensa do Paraná, principalmente pelo jornalista que assinou esta nota; mas essa nota retrata exatamente o desconhecido por parte do jornalista, e eu acredito que esse jornalista tivesse conhecimento da região, ele jamais assinaria essa nota, porque totalmente demonstra o total desconhecimento da luta a que Vossa Excelência reporta nesta tarde, e mesmo quando nós não estávamos nem no Oeste, nem no Sudoeste, já aqueles velhos colonizado-

res já lutavam pela construção dessa estrada. E, mesmo antes que fossem regulamentados Parques Nacionais, e mesmo que tivesse criado o IBDF, já aqueles colonizadores quando descobriram o Sudoeste do Paraná, e descobriram o Leste, essa estrada foi a estrada, a chamada estrada da colonização.

Tanto é verdade que hoje, na nossa região não se chama de PR-163, mas, se chama de estrada do colono; exatamente porque ela que trouxe o progresso para o Oeste e Sudoeste. E Vossa Excelência sabe bem mais do que eu, de que os Governos anteriores sempre que foram nas nossas regiões, se comprometeram e principalmente nos anos eleitorais, de que iriam traduzir concretamente o revestimento asfáltico, o sonho e a luta desses colonizadores, e é forçoso referendar às palavras de Vossa Excelência de que só houve um Governador que teve o peito e a coragem de num momento em que o ano não era eleitoral, porque foi em 1983, que o Governador Richa esteve na nossa região, e disse que no seu Governo faria tudo para que esse sonho desses colonizadores fosse concretizado, como de fato lá estão as máquinas, e o asfalto está quase pronto, faltando tão somente o adentramento do Parque Nacional do Iguaçu.

E é estranho também, nobre Deputado, que só agora, e com todo o respeito que nós temos pela comunidade científica do Paraná, mas nós estranhamos também que só agora a comunidade científica venha com reuniões e venha se manifestar publicamente radicalmente contra o asfaltamento de uma estrada que existe há mais de 30 anos. Mas, embora nós participássemos dessas reuniões, e ainda acontecem essas notas - e às vezes até maldosas -, mas acho que a tese e a luta daqueles colonizadores acho que vai preponderar principalmente porque num momento como este, pela coragem que teve o Governador, principalmente de licitar a obra de Medianeira até Capanema, inclusive passando pelo Parque Nacional do Iguaçu; eu acho que, neste momento, o Oeste e o Sudoeste representam os maiores produtores e porque o Paraná é um Estado essencialmente agrícola, pelo que essas duas regiões representam para o Paraná - o Oeste e o Sudoeste -, acho que são interesses do Estado do Paraná, não é um interesse do Governador José Richa. Nesse momento acho que os interesses do Estado do Paraná como um todo vão preponderar acima dos interesses da própria União. E o interesse da União é a preservação do Parque Nacional do Iguaçu que nós não somos contra, pelo contrário, nós somos a favor da preservação do Parque Nacional do Iguaçu, que também foi uma luta para preservação destes Parques, e hoje o Parque Nacional do Iguaçu é um dos poucos parques que são

preservados inclusive na América Latina.

Mas, como nós achamos que essa estrada existe há mais de 30 (trinta) anos, e que o simples revestimento asfáltico não vai afetar, nós não vamos abrir, nós não vamos derrubar árvore nenhuma. E o Governo do Estado se propõe a obedecer todo e qualquer critério por parte do IBDF, e acho que se encaminha a solução legal através do diálogo, que seria a construção - e eu sei que os ecologistas jamais se voltarão contra essa tese da construção de uma chamada estrada-parque, que inclusive vai ser inédito na América Latina, e inclusive de acordo com todos os tratados internacionais e da própria ONU que luta pela preservação dos parques nacionais e pela ecologia no mundo.

Agora o que nós estranhamos é que de repente vozes que anteriormente nunca se levantaram pela defesa da ecologia no Paraná - e eu inclusive, hoje, lia nos jornais pronunciamentos de uma companheira nossa Deputada Amélia Hruschka que fazia ver que o Paraná precisa urgentemente do reflorestamento que de uns anos para cá o Paraná perdeu toda a sua floresta, como o Paraná perdeu - e nós dizíamos isso para a comunidade científica recentemente, o problema da Itaipu-Binacional que foi uma das maiores aberrações que houve na quebra da ecologia no Paraná. Não me lembro de que a comunidade científica do Paraná tenha se levantado naquela oportunidade como não se levantou lá em Capanema recentemente, como não está se levantando quando se anuncia construções de novas hidrelétricas e que nós sabemos que vai haver quebra do equilíbrio ecológico.

E então por tudo isso é que nós estranhamos que de repente uma simples estrada de 18 quilômetros, que existe há mais de 30 anos, a comunidade científica venha a se rebelar.

Não quero fazer discurso paralelo e agradeço a paciência de Vossa Excelência, parabenizo mais uma vez e declaro de viva voz para que fique nos Anais desta Assembleia, que nós estamos juntos nesta luta, e acho que vai preponderar ainda os interesses da Região Oeste e Sudoeste, inclusive neste Governo.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o aparte,

Deputado José Antônio Fonseca, e diria mais que quem critica a construção da estrada de uma única árvore, trata-se de pavimentação de uma estrada já existente já mais de 30 anos, e não pode ser vista desde o Rio Grande do Sul, aonde o asfalto já saindo de Iraí está chegando perto de Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina. De Barracão até Santo Antônio deve inaugurar em 90 dias. De Santo Antônio até Pranchita

já existe. De Pranchita até Planalto está em levantamento de obra. De Planalto a Capanema já existe e de Capanema o Rio deverá ser concluída no máximo até outubro. De Jardinópolis até Medianeira está para ser construída até outubro; de Medianeira até Cândido Rondon, de Cândido Rondon até Guaíra está construída e de Dourados do Mato Grosso está em fase final de construção até o outro lado do Rio Paraná. Então não será unicamente 18 Kms. no meio do Parque Nacional do Iguaçu que vai aliviar o tráfego. O tráfego existirá da mesma forma. A preocupação, maior e essa sim, nossa, de homens da Região é que a estrada que corta o Parque Nacional tenha proteção, para que não venha prejudicar principalmente a fauna, porque a flora não será prejudicada. Não haverá quebra do equilíbrio ecológico.

Então, Deputado Fonseca, Senhores Deputados, é lamentável quando se ouve pessoa desassociada com a realidade tentar impingir contra uma região a descontinuidade do seu desenvolvimento, pelo mero prazer de atacar obras do Governo, necessárias para o desenvolvimento e para integração do Paraná. Quando se vê colocações como essa, Scalco acusado de proeza, falando em "chuncho", envolvendo feijão e carne de suíno e permito-me aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, mudar de assunto, porque são tantas as respostas que temos obrigação de dar em nome da nossa região porque essa também nos atinge diretamente; a Região Oeste e Sudoeste do Paraná, produtora de feijão está sendo prejudicada profundamente pelos critérios de classificação do Ministério da Agricultura no Paraná, delegados ao poder da CIASPAR.

Existe uma realidade na nossa Região, principalmente ao feijão, os chamados grãos bicados, furados por inseto e que na classificação do Ministério da Agricultura, com percentual mínimos, desclassifica esse feijão para comercialização.

No entanto, acusações feitas recentemente nesta semana, quando estivemos presente com as cooperativas da região, com os sindicatos da região, com os produtores da região, juntamente com homens do Ministério, nos mostram que esse mesmo feijão comprado a baixo preço e aviltado do produtor, depois de chegar na CFP é colocado para os mercados, sendo o consumidor pagando o mesmo preço do que aqueles que não têm bicada no grão. E o Deputado Euclides Scalco, por intercedido em nome da nossa região dos produtores de feijão do Paraná, para que os critérios de classificação nos viessem prejudicar o produtor, dentro de um instante, é acusado de "chuncheiro" por ter conseguido um benefício para a classe produtora do Estado.

Como da mesma forma, numa atitude que levantou todos os suinocultores do Paraná e todos os suinocultores do Brasil que estão perdendo duas vezes com o porco no chiqueiro, porque dentro da nova realidade econômica, os Frigoríficos estão desovando os seus estoques, porque não precisam mais trabalhar com estoques altos e têm mais a obrigação de receber os suínos dos seus integrados e o produtor de porco, que não é integrado, está com o porco, há mais de 30 dias pronto no chiqueiro e não tem para quem vender e tem que continuar alimentando e quando o porco passa de cem quilos, além de perder no alimento que o porco fica comendo no chiqueiro, perde no preço porque ele cai da faixa de porco-carne para porco-banha, no instante em que se consegue liberação de recurso para que a COBAL faça estocagem de carne de suínos para não prejudicar os produtores paranaenses e brasileiros, acusa-se de forma totalmente infundada de chuncho. Inimigo do "pacote" quem defende a produção.

Ora Senhores Parlamentares, vamos avaliar o trabalho dos políticos sérios desta Nação, na defesa da produção; porque em dezenas de reuniões feitas com os suinocultores se fez levantamentos de onde ficam os lucros, se no produtor, se no retalhista, se no frigorífico. Mas em cima de todas estas reuniões se manteve a voz firme de que em hipótese alguma se permitiria passar ou repassar ao consumidor o preço melhor que chegasse ao produtor.

O que querem os homens que colocam notícia como esta? Que o produtor de suínos do Brasil venda as suas matrizes? Que tenhamos o extermínio da criação de suínos do Paraná? E que o Governo brasileiro venha gastar mais tarde lá de fora, comprando carne de outros países, para formar estoques reguladores aqui dentro do País?

Lamento notícia como esta, que contradiz esta matéria que peço transcrição nos Anais da Casa, com o título "O paroquialismo sucessório do Paraná". Porque é importante pretigar o trabalho deste Estado. Não importa quem. Não importa quando. Não importa o partido. Logo após a sucessão, quando pela Aliança Democrática o Senhor Ney Braga foi nomeado para a Itaipu, o PMDB deste Estado, vindo de uma eleição recente, aceitou esta indicação porque era um paranaense que estava ocupando um cargo de uma binacional sediada no Estado do Paraná. E neste instante em que o Governo José Richa, pelo trabalho extraordinário praticado neste Estado, pelas obras construídas em favor do povo paranaense, pelas centenas e milhares de salas de aula espalhadas pelo clique rural e pelo clique urbano, pela recuperação da economia de nosso Estado, pelo equilíbrio de nosso poder de investimento, pela melhoria das

classes trabalhadoras, por tantas e tantas obras, ganha o respeito da Nação brasileira, ganha o aplauso dos outros Estados, não é possível que o paranismo tão decantado por tantos, seja suplantado pelo ódio pessoal de se tentar desfigurar uma imagem que desponta no cenário nacional como um dos grandes homens públicos que o País tem.

É hora de repensar o Paraná. É hora de darmos valor aos homens do Paraná, sejam do partido que sejam, para que o Paraná possa, com uma plêiade formada de homens das mais variadas legendas, adquirir no cenário nacional, o respeito que o nosso Estado merece e a qualificação para poder desfrutar deste prestígio a nível nacional, que nada mais será do que o reconhecimento deste pujante Estado desta Nação.

É hora de repensarmos todos. Construímos, é bem verdade, nos jogarmos nos embates políticos, os quais estamos na antevéspera, discutindo idéias, propostas, discutindo aquilo que possa dignificar o Estado, deixando de lado retaliações pessoais que nada constroem, que em nada contribuem para o Paraná, que em nada ajudam o nosso Estado a crescer, que não ajudam o Paraná a ser grande perante o cenário nacional. Que nos fazem, perante a grande imprensa, sermos província, que nos dão manchetes de catástrofes quando saem no cenário nacional.

É hora de repensarmos tudo isto. Todos os segmentos da sociedade dando o devido valor aos homens que aqui trabalham, ajudando o Paraná a crescer no cenário nacional, impulsionando a gente paranaense para abrir caminhos nesta Nação e desponta para uma realidade política, social e econômica. Deixemos de lado os nossos ódios, as nossas vaidades, as nossas mesquinhas, nossas notas infundadas que não sustentam o menor debate para que possamos fazer o trabalho que o Paraná espera que cada paranaense faça. Cumpra dentro da sua profissão o seu dever que, desta forma, nós estaremos ajudando o nosso Estado a crescer.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das lideranças, consulto o PMDB se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Senhor Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Pretendemos em breve espaço de tempo apenas levar a conhecimento desta Casa e externar o registro do nosso protesto no instante em que toda a América Latina desperta a democracia. No momento em que mais

do que nunca o Brasil começa a descobrir que é preciso estar perto dos seus irmãos latino-americanos dos quais apenas geograficamente estamos próximos, porque na grande realidade, cultural e politicamente, converteram nossa terra numa dependência remota dos interesses do imperialismo americano.

De qualquer maneira a abertura está sendo relativamente, uma realidade, e é neste contexto que tanto mais fio execranda indigna se faz qualquer agressão a interesses e em particular, ao ser humano no uso das suas liberdades.

É por esta razão que fazemos nossa a denúncia da ditadura paraguaia que, mais uma vez, prossegue fazendo vítimas em pleno momento latino-americano no que diz respeito aos anseios de liberdade.

A ditadura militar do General Stroessner continua fazendo vítimas no Paraguai entre a população que luta por seus direitos.

Rodolfo Gonzales, estudante de direito, foi preso pela polícia paraguaia na passeata realizada em Assunção, na terça-feira passada. Na 4.^a feira, a polícia devolveu o corpo de Rodolfo Gonzales aos seus colegas de faculdade com uma grande ferida no peito, marcas de sevícias e uma bala calibre 22 no crânio.

Ursino Barrios, José Dallasai, Luis Maria Masi e Anibal Carillo Iramaim, médicos do Hospital das Clínicas de Assunção, foram presos pela polícia paraguaia durante manifestações por melhores salários e se encontram desaparecidos. As últimas notícias dão conta de que os presos tinham sido recambiados para a prisão de Tucumbú.

Esta informação faz com que, mais do que nunca nós, mais uma vez, voltemos a externar um laço de solidariedade e nossos anseios para que um dia o povo paraguaio venha conhecer a sua liberdade.

Não podemos de forma alguma permanecer calados quando o General Stroessner, numa verdadeira afronta aos parâmetros mais elementares da democracia, prossegue assinalando e manchando de sangue a América Latina, cujas veias abertas, descritas por Eduardo Galeano aí prossegue à espera de que em novos lampejos, em novos momentos, em novas lutas possamos finalmente encontrar os caminhos de libertação que nos dizem respeito, porque o Paraguai é nosso vizinho, os interesses do Paraguai precisam ser também os nossos interesses, de haver passado de dominação após dominação. É preciso portanto, que a população do Paraná e em particular esta Casa Legislativa, mais e mais estreitando laços com os democratas do vizinho Paraguai, denuncie de forma mais veemente, o crime, a aberração, a asfixia, o abuso de poderes, o desrespeito aos direitos elementares do ser

humano que ainda continuam sendo tônica adotada pela política autoritária e sangrenta do Paraguai.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Muito obrigado, Senhores Deputados. (Sem revisão do orador).

(Assume a Presidência, o Senhor Deputado Basílio Zanusso).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) - Com a palavra o Senhor Deputado Anibal Khury, ainda no Horário da Liderança do PMDB.

O SR. ANIBAL KHURY - Senhor Presidente e Senhores Deputados. (Lê):

"Permita a Assembléia Legislativa do Paraná que eu fale sobre a cidade paranaense que um rio divide ao meio, e onde a natureza é, a um só tempo, pródiga e cruel, indiferente ao destino do homem.

Vou falar a Vossas Excelências, Senhores Deputados, impelido por dois sentimentos: a esperança e o temor.

A esperança que nos traz uma nova ponte e o temor que nos impõe as águas macias de um rio.

Vou falar-lhes sobre a cidade de um povo feliz, que tem a arte e a poesia adornando todas as vidas de beleza.

Vou falar-lhes sobre a cidade que tem um rio como agente unificador, e na qual as pontes têm significado relevante porque ajudam os homens a se protegerem da fúria das águas e ajuntam sobre a correnteza materiais reunidos em cada lado do seu curso, depositando a sua carga de bens e de cultura nos habitantes dessa cidade que tem sido um cenário dramático de rebelião com as águas.

Vou falar-lhes sobre a minha cidade. Vou falar-lhes sobre o seu povo, um povo que tem escrito uma página gloriosa na história do Paraná e do Brasil, na sua luta permanente para que sejam realizadas as mais elevadas possibilidades de existência humana, não apenas para os mais fortes e afortunados, mas para todos os homens que cooperavam e buscam a compreensão.

Vou falar-lhes sobre a minha cidade. Vou falar-lhes sobre os seus habitantes que escreveram e entoaram um hino de luta contra a invasão cíclica das águas de um rio que costuma testar a sua disposição e capacidade para enfrentar os desígnios da Natureza.

Vou falar-lhes sobre a minha cidade. Vou falar-lhes sobre "a cidade como organização econômica, um processo institucional, um teatro de ação social e um símbolo estético de unidade coletiva". Vou falar-lhes dessa cidade de que nos falou Lewis Mumford: a estrutura física das atividades domésticas e econômicas triviais, cenário conscientemente dramático onde se desenrolam as ações mais significativas e os an-

seios mais sublimados de uma cultura humana. Vou falar-lhes sobre a minha cidade porque ela está entre aquelas nas quais "as atividades propositivas do homem são formuladas e elaboradas, mediante o conflito e a cooperação de personalidades, acontecimentos e grupos, para resultar nas culminâncias mais significativas".

TRANSMISSÃO SOCIAL

Vou falar-lhes sobre a minha cidade. Vou falar-lhes sobre o fato fundamental e significativo com relação à cidade. É que a cidade - como mostram Geddes e Branford - funciona como órgão especializado de transmissão social. A cidade acumula e incorpora a herança de uma região e combina-se em certa medida e espécie com a herança cultural das unidades maiores, nacionais, sociais, religiosas e humanas. De um lado, encontra-se a individualidade da cidade - o sinal visível da sua vida e marca regional. Do outro, encontram-se as marcas da civilização, de que cada cidade em particular é um dos elementos constitutivos.

Vou falar-lhes sobre a minha cidade. Vou falar-lhes sobre a cidade como uma complexidade social de propósitos. E me antecipo em prevenir Vossas Excelências de que a minha cidade é habitada por um povo obstinado, perseverante, persistente e tenaz, que sabe lutar e trabalhar, transmitindo aos paranaenses e brasileiros um exemplo, de luta e uma lição de vida colimada pelo trabalho que não se abate até mesmo diante de todo o Poder da Natureza.

E para falar-lhes sobre essa cidade tão extraordinária, fui inspirar-me em Aristóteles - esse grande pensador, o maior filósofo de todos os tempos, príncipe eterno dos verdadeiros filósofos, como lhe chama Augusto Comte - que evidenciou ser o caráter essencial de qualquer organização coletiva a divisão dos ofícios e a convergência dos esforços.

UMA VIDA FELIZ

Foi Aristóteles quem estabeleceu que o homem é, por natureza, um animal sociável, sustentando que, "quem vive só, bastando-se a si mesmo, ou é Deus, ou fera", na tradução do Padre Antônio Vieira. E foi também Aristóteles quem disse saber que toda cidade é uma espécie de associação, e que toda associação se forma tendo por alvo algum bem, porque o homem só trabalha pelo que ele tem em conta de um bem. E, em assim sendo, a primeira sociedade formada por muitas famílias tendo em vista a utilidade comum, é o pequeno burgo. E a sociedade constituída por diversos pequenos burgos forma uma cidade completa.

Nascida principalmente da necessidade de viver, a cidade subsiste para uma vida feliz. Eis por que toda cidade se integra

Curitiba, terça, em 29.04.86

na natureza, pois a própria natureza que formou as primeiras sociedades: ora, a natureza é o fim dessas sociedades; e a natureza é o verdadeiro fim de todas as coisas. Dizemos pois dos diferentes seres que eles se acham integrados na natureza quando tenham atingido todo o desenvolvimento que lhes é peculiar.

É evidente, pois, que a cidade faz parte das coisas da natureza, que o homem é naturalmente um animal político, destinado a viver em sociedade. A natureza compele assim todos os homens a se associarem. E aquele que, por instinto, e não porque qualquer circunstância o inibe, deixa de fazer parte de uma cidade, é um ser vil. Tal indivíduo merece, como disse Homero, a censura cruel de ser um sem família, sem leis, sem lar. É como as aves de rapina, incapaz de se submeter a qualquer obediência.

MORADA DOS AMIGOS

Por assim crer, eu me sinto feliz - Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados. Feliz por fazer parte de uma cidade, berço de meus antepassados, morada de meus amigos. Cidade que tem aquelas três coisas que fazem os homens serem bons e virtuosos: a natureza de um rio em convulsão. Cidade que resiste à fúria gigantesca de incontáveis enchentes por Deus permitidas nos desígnios insondáveis de Sua sabedoria, para provar a fibra de um povo, o seu denodo e a sua fé. Cidade de expressiva tradição histórica, de costumes que começam nos tempos coloniais e se ampliam na contemporaneidade. Cidade de imigrantes laboriosos que vieram somar novos elementos étnicos, principalmente europeus, na composição do quadro demográfico do Paraná. Cidade de imigrantes de origem de precedência heterogêneas, que imprimiram à população paranaense sua principal característica, ou seja, a grande variedade étnica, constituindo esse mosaico étnico-cultural que é o quadro populacional paranaense, no qual estão representados povos e culturas os mais diversos. Cidade laboratório multirracial onde poloneses ucranianos, alemães, italianos e sírio-libaneses originaram os novos brasileiros que, à margem esquerda do Rio Iguaçu - ali onde esse faz uma caprichosa e elegante curva, empurrando as águas suaves na sua corrida de Leste a Oeste entre os 25° e 26° paralelos - implantaram um dos mais pujantes municípios do Estado e de grande influência na vida político-social do Paraná.

BRADO DE UNIÃO

Cidade que trouxe lá dos campos de Guarapuava e Palmas o brado de união dos paranaenses, inspirado no canto selvagem dos índios botocudos, que na mata densa,

rica de pinheiros e ervaíras, entoavam seus gritos de guerra contra os invasores brancos, travando uma batalha desigual ante o civilizador que os expulsava do seu habitat, mas, resistindo bravamente, escreviam uma página gloriosa na história colonial brasileira, que é um permanente estado de guerra contra os índios, contra os piratas e os invasores europeus.

Cidade das tropas, das invernadas e das fazendas nos caminhos dos tropeiros do Sul rumo à Feira de Sorocaba, em São Paulo.

Cidade que foi sonhada para ser a capital do quimérico Estado das Missões, proposto ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, em 1916, pelo então deputado estadual Cleto da Silva.

Cidade da erva-mate, da madeira e das serrarias que ajudaram a criar a pujança econômica do Paraná.

Cidade do princípio do *uti possidetis* na questão dos limites com o Estado de Santa Catarina.

Cidade que foi acampamento das colunas militares que combateram contra os fanáticos na região do Contestado, para que houvesse paz entre irmãos.

Cidade dividida para que se realizasse o abraço fraterno do Paraná com Santa Catarina, como União da Vitória do reconhecimento da soberania de um Estado, sobre as terras por ele ocupadas.

Uma cidade assim, que reúne a natureza, os costumes e a razão, só poderia ter suas origens no nome santo de Nossa Senhora da Vitória, que lhe foi dado em 1769 pelo sertanista português Antônio da Silveira Peixoto, ao fundar um arraial às margens do Rio Iguaçu, aplicando-lhe a denominação de Entrepasto de Nossa Senhora da Vitória.

RICHA E DENI

Eu vou conduzi-los a penetrar na história de minha cidade porque se trata de um povo que tem sofrido as maiores angústias e, só agora, começa a se aproximar de alegrias de vida, proporcionadas pela visão de estadista de que é dotado o nosso ilustre governador José Richa e pelo dinamismo de dos mais brilhantes e capazes unio-vitorienses, que é o engenheiro Deni Lineu Schwartz, deputado estadual, ex-Secretário dos Transportes e atual Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

A gente nova do Paraná precisa conhecer a história da terra que adotou. Conhecer o passado que não passa, mas explica. Precisa conhecer por que o Paraná evoluiu nos termos conhecidos, conforme ensinava esse grande estadista brasileiro que o Paraná deu ao País, que foi Bento Munhoz da Rocha Netto. Vou falar-lhes sobre homens

de minha cidade. Vou falar-lhes sobre o ministro Deni Schwartz, esse homem que revolucionou a administração paranaense no setor dos Transportes, realizando um trabalho que só encontra paralelo na eficiente gestão governamental de Jayme Canet Júnior.

OS SCHWARTZ

Vou falar-lhes de quem tem suas raízes lá em União da Vitória, descendendo do valeroso Germano e de sua esposa Carolina Schwartz, que, procedentes da Alemanha, radicaram-se em União da Vitória, desenvolvendo um frutuoso trabalho no Município. Quando, a 23 de dezembro de 1915, Germano Carolina Schwartz, comemoram 50 anos de casamento, contavam com uma numerosa prole: 48 descendentes, entre filhos, netos e bisnetos. Dentre esses estavam Osvaldo Schwartz e Leoni Germano Schwartz, avô e pai do ministro Deni Schwartz.

VALORES DE DENI

Deni Schwartz descende daqueles imigrantes pioneiros no Paraná, marcados pela integridade de caráter, retidão de conduta e trabalho persistente, qualidades que o ex-Secretário dos Transportes do Governo José Richa soube conservar para admiração e respeito dos seus concidadãos.

Os valores fundamentais cultuados pelo ministro Deni Schwartz e as manifestações do seu pensamento, a sua capacidade administrativa e realizadora tornam-no a melhor expressão de uma nova liderança política emergente no Paraná.

NOVO LÍDER

Se insisto em mostrar ao Paraná esse novo líder, que é Deni Schwartz, é justamente porque tenho presente a conclamação de Munhoz da Rocha que "os paranaenses novos, e os velhos também, precisam conhecer nossa história, nossos homens representativos de ação e pensamento decisivos, nossa geologia, nossa botânica, nossa zoologia, a herança ainda que diminuta de nossos índios, nosso folclore, nossa música, nossos municípios, tanto os antigos quanto os recentes, cuja data de criação serve para indicar a expansão demográfica, política e econômica do Estado, como até a natureza de suas terras".

E concluía o inesquecível Bento Munhoz da Rocha Netto: "Nesses municípios, tanto nos antigos quanto nos recentes, pela própria mentalidade que engloba todo o Estado, estão se revelando vocações surpreendentes, com uma possibilidade de seleção que, por sua amplitude, talvez seja única em Brasil e em todos os tempos".

Pois bem, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, como em toda a interessante história de minha cidade a união

se faz presente, eu convido Vossas Excelências para acompanhar-me no conhecimento de um povo que viveu na esperança de uma realização que se aproxima.

DESBRAVANDO SERTÕES

Em seus "Apontamentos Históricos de União da Vitória", relata o professor Cleto da Silva que, no espaço que medeia entre o ano de 1842 ao de 1852, foi aberta a picada entre Porto União da Vitória e os campos de Palmas, ligando estas povoações à de Palmeira, isto após as expedições do coronel Pedro de Siqueira Cortes e José Ferreira dos Santos para a descoberta daqueles campos onde hoje se localizam as cidades de Palmas a Clevelândia.

Essas expedições partiram de Guarapuaça, em maio e abril de 1839, respectivamente.

O Visconde de Taunay, no seu livro "Excursão no Rio Iguassú", ano de 1886, fala da comunicação para Palmas, dizendo: "Ocasional ou fortuitamente fôra ali em Porto União o encontro de duas comissões de engenheiros sertanistas, nascendo daí o nome de Porto da União".

AS ORIGENS

Tendo ocorrido esse encontro no antigo Entrepósito de Nossa Senhora da Vitória, essa localidade teve o nome de Porto da União ou Porto da União da Vitória, origem das duas cidades que atualmente são União da Vitória e Porto União.

Faissal El-Khatib, organizador e coordenador-geral da "História do Paraná", relata que "devido à sua privilegiada localização, o governo de São Paulo, enviou em 1772 o Sargento-mor Francisco José Monteiro, para assumir o comando do Entrepósito de Nossa Senhora da Vitória".

Em 1880, chegou a esta localidade, que na época era conhecida por Porto União da Vitória, o coronel Amazonas de Araújo Marcondes, que é considerado o grande incentivador do progresso da região.

Pela Lei n.4554 de 27 de março de 1890 foi elevada à categoria de Município, desmembrado do de Palmas.

Devido ao Tratado de Limites celebrado a 7 de setembro de 1917, entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, a cidade de Porto União da Vitória, ficou dividida em duas partes, sendo que uma passou a pertencer ao Estado de Santa Catarina, com a denominação de Porto União; e a outra ficou pertencendo ao Paraná, com a denominação União da Vitória.

Essa é a história de minha cidade, a minha querida União da Vitória, herdeira de uma herança tão heterogênea que acabou por resultar em caráter de tal forma homogêneo que sugere ter ambiente sido decisi-

vo.

AS ENCHENTES

Em União da Vitória a Natureza tem se revelado ao mesmo tempo tão rica e tão generosa, porém, em várias oportunidades ela foi intemperante para com o povo unio-vitoreense.

Os registros históricos revelam que, a partir de 1881, a cidade foi abalada pelas enchentes, as quais ocorreram em 1905, 1911, 1935, 1970, 1981 e 1983, quando o Rio Iguaçu alcançou a cota de 10,42m acima de seu nível normal, mantendo União da Vitória sob as águas durante dramáticos 24 dias, causando mortes e destruição. Em todas essas enchentes, o aumento das águas do Iguaçu isolou totalmente a cidade do restante do Estado.

Durante todo esse longo período a questão das enchentes em União da Vitória permaneceu como um desafio aos governantes paranaenses.

RICHA, DENI E A PONTE

Por ocasião do drama de 1983, o governador José Richa foi à minha cidade e disse ao povo flagelado que, com a ajuda do seu secretário dos Transportes, Deni Schwartz, iria encaminhar a solução para evitar o isolamento de União da Vitória às enchentes contruindo uma nova ponte.

Resoluto como tem sido no encaminhamento das graves questões que afetam o povo paranaense, Richa - o governador das mudanças que estão impulsionando o progresso paranaense empreendeu a construção dessa ponte que está concluída.

Com 470 metros de extensão e 13 de largura, a ponte nova, que recebeu a denominação de "Deputado Domício Scaramella", em homenagem a esse parlamentar que por duas vezes, foi prefeito de União da Vitória, é a maior obra de arte rodoviária estadual já construída no Paraná. Além de garantir segurança à população de União da Vitória, propiciará o desenvolvimento da cidade para o lado norte, em situação topográfica mais adequada e de mais segurança na eventualidade de grandes cheias do Rio Iguaçu. Essa ponte favorece a ligação com a BR-153 no segmento ao norte de União da Vitória, melhora substancialmente a ligação com o Estado de Santa Catarina e beneficia enormemente a região Sul do Paraná.

Ao estabelecer a ligação do centro da cidade com o bairro de São Cristóvão, beneficia pessoas com características de renda mais baixa e permite a expansão da cidade numa região alta, fora do alcance das enchentes.

O BISPO E A PONTE

Uma ponte tem importante significado para a cidade de União da Vitória. É que a cidade é dividida ao meio, pelo Rio Igua-

çu, e o bairro mais populoso, São Cristóvão, com características de bairro operário, fica de um lado do rio e o centro da cidade do outro.

Para acentuar a importância dessa obra pública, desejo mencionar as palavras do Bispo de União da Vitória, Dom Walter Eberger, que, após destacar a firme decisão do governador José Richa em assistir a população de União da Vitória e a melhoria de condições para a expansão da cidade, disse-me que, se tivesse de construir uma nova cateiral na cidade, fa-lo-ia no local para onde conduz a nova ponte. Dom Walter Eberger chega a prever que o eixo central de União da Vitória será deslocado na direção norte do Município, que alcançará rápido desenvolvimento como consequência da nova ligação rodoviária. Ele considera que essa obra de Richa, que é a maior obra do gênero erguida no Paraná, corresponde o mais possível aos interesses de todos os grupos da população e seguindo o ensinamento cristão, tem o ser humano como centro de todas as preocupações.

AÇÃO DO HOMEM

As águas amargas da destruição na cidade de União da Vitória já se foram há três anos, deixando de se reunir num só lugar. Depois dessas águas, apareceu a terra enxuta, sedenta da ação do homem para redimi-lo da miséria a que fora lançado. Felizmente, naquela oportunidade, o grito de angústia ecoou por todos os cantos do Brasil e do mundo, produzindo extraordinária corrente de solidariedade, inspirada na mensagem de Santo Agostinho, de que devemos socorrer o próximo não somente nas coisas fáceis, semelhantes às ervas nascidas de sementes, porque há obras de caridade que se exercitam todos os dias.

Na abundância e facilidade com que se encontram, assemelham-se às ervas. Há outras obras de misericórdia que só rara e dificilmente se nos deparam. Assemelham-se às árvores de fruto que a terra produz, isto, obras que arrebatam das mãos dos poderosos os que sofrem privações e lhes dão a sombra da nossa proteção, com a coragem resistente da verdadeira justiça. Assim, devemos obsequiar o próximo com uma proteção forte e vigorosa, repartindo o nosso pão com os que têm fome, alojando em nossa casa o pobre sem abrigo, vestindo os nus e não desprezando os que, habitando sobre o mesmo teto, são nossos semelhantes.

GRANDE OBRA

E foi, por certo, porque assim crêem, que o governador José Richa e o ex-Secretário dos Transportes e atual ministro do Desenvolvimento Urbano, Deni Schwartz, ti-

vera a iniciativa da construção dessa nova ponte que ajudará o povo de União da Vitória. É uma grande obra; ninguém jamais poderá negar o seu valor. Até aqueles que exercitam a oposição política, reconhecem o grande mérito desse trabalho dos nossos atuais governantes. Trabalho de grande dignificação política, social e econômica. Com isso, José Richa e Deni Schwartz ultrapassam os nossos dias rumo à história.

Ao falar das obras dos homens, Montesquieu, discorrendo sobre o espírito das leis, referiu-se à Espanha - onde os árabes deixaram todo um sistema de irrigação - para dizer: "Os homens, por seus cuidados e suas boas leis, tornaram a terra mais adequada a ser habitada. Vemos correrem rios onde apenas existiam lagos e pântanos; trata-se de um benefício que a Natureza não outorgou, mas que é mantido por ela. Quando os persas eram senhores da Ásia, permitiam aos que canalizassem as águas das fontes para algum lugar que não fosse irrigado, usufruí-lo durante cinco gerações, e como, do monte Tauro brotam inúmeros regatos, eles não pouparam nenhuma despesa para obter a água. Atualmente, sem que saibamos de onde ela provém, encontramos-na nos campos e jardins.

Assim, como povos destruidores causam malícios que perduram mais do que eles, já outros, laboriosos que fazem benefícios que não acabam nem mesmo com eles".

POVO RECONHECIDO

O povo de minha cidade, o povo de União da Vitória, reconhece que José Richa e Deni Schwartz acenderam a luz no momento oportuno para que esse povo possa substituir as sombras da amargura, da angústia, da esperança na construção de uma ponte que não se realizava, pelo brilho da alegria que se espalha por todos com a construção da nova ponte - esperança de uma vida em segurança. Com isso, o povo de União Vitória começa a se aproximar de uma nova era de progresso.

E a concluir, é justo enaltecer a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores, que refletem os ideais do povo de União Vitória, e que não se deixaram engolfar pela catástrofe da enchente de 1983, e souberam sair do redemoinho anunciador de desastres para ir em busca da esperança que só é conhecida em meio ao desespero.

Alcides Fernandes Luiz, o prefeito que está sabendo construir a obra administrativa do seu tempo, com a colaboração do vice-prefeito Hilário Clivatti, somou seus esforços aos dos Vereadores unio-vitorenses, liderados pelo presidente da Câmara, o médico Cecil Laureano Leme, que tem feito de suas atividades profissionais um permanente transformar de dores, sofrimen-

tos, angústias e desesperos em esperanças de vida - vida abundante, vida pela, vida intensa com a vida fazendo mais vida - para que a população de União da Vitória superasse o medo e a aflição e com a força do seu trabalho, aliado à sua coragem e bravura, empreendesse a grande obra de reconstrução da cidade, sob a inspiração de um raio de esperança que fulminou o desespero de um povo que tem sabido construir o seu destino iluminado pelo amor, para uma existência de paz, tranqüilidade, progresso e desenvolvimento.

NOVA REALIDADE

Na minha cidade a angústia já terminou e as esperanças tornaram-se realidade.

Podemos cantar um hino de euforia por União da Vitória, no dia em que a cidade comemora os seus 96 anos como Município. Quase centenária, União da Vitória é um hino de luta!

Muito obrigado".

(Reassume a Presidência o Senhor Deputado Anibal Khury).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra à Representação do PTB.

Com a palavra o Senhor Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que nos traz à tribuna na data de hoje, é para comunicar a Casa de Leis, que a Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, ontem, pelos seus integrantes, resolveram levar o nome do Senador Álvaro Dias, para candidato a Governador do Estado à sua Convenção e juntamente com a Comissão Provisória do Partido Trabalhista Brasileiro, tomaram a mesma atitude por todos aqueles que se faziam presentes na data de ontem, para que fique nos Anais desta Casa, que a bancada hoje de quatro Senhores Deputados que fazem parte da nossa bancada, dêem o nome do Senador Álvaro Dias para levar, como acabei de dizer, a simpatia de todos aqui presentes, do ex-Deputado João Mansur que se fazia presente e de tantos outros companheiros, que se fosse citar os nomes, teria que citar os nomes de quarenta ou cinquenta companheiros, ex-Deputados estaduais e federais.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Fuad, nós fazemos parte da juventude do Partido Trabalhista Brasileiro, então queria também estar solidário com Vossa Excelência e dizer que Vossa Excelência, como nosso líder, homem experiente, homem certo para liderar uma Bancada de jovens anciões.

Então diria a Vossa Excelência, Depu-

Curitiba, terça, em 29.04.86

tado Fuad Nacli, que neste momento, o nosso apoio é solidário a atitude de Vossa Excelência e que neste momento e neste instante quero me parabenizar com Vossa Excelência, Deputado Fuad Nacli, para junto com Álvaro Dias, procurar trazer a redenção do Paraná e de sua gente.

Muito Obrigado.

O SR. FUAD NACLI - A imprensa falada, escrita e televisionada do nosso Estado do Paraná, nós queremos ainda na data de hoje, ter uma entrevista dos Senhores Deputados Estaduais que compõem a nossa bancada, para levar ao conhecimento, junto com a executiva da comissão provisória do PTB, ao conhecimento do Senador Álvaro Dias, da decisão que foi tomada ontem por todos membros e para que não haja dúvida que foi tomada ontem por todos os membros e para que não haja dúvida, no dia de amanhã, quero deixar bem claro também aos Senhores Deputados desta Casa que é a primeira vez que eu vou conversar com o Senador Álvaro Dias, a respeito de uma possível coligação ou apoio, não sabemos a forma que vamos manter o entendimento com a sua Excelência. E quero aqui, agradecer aos meus companheiros, aqueles que estão para ingressar, hoje ou amanhã, no nosso partido. Podemos dizer que uma bancada iniciada há uma semana, já pode contar com seis Deputados Estaduais e, possivelmente, no dia de amanhã ou até segunda-feira, com dois Deputados Federais. E, isso, para mim, que comecei como Vereador no PTB, iniciando minha vida pública no município de Centenário do Sul, vou encerrá-la no mesmo partido em que me iniciei como Vereador. E quero deixar bem claro, e que conste nos Anais desta Casa, que não sou candidato à reeleição para Deputado, mas, simplesmente como soldado, como eu propus aos meus companheiros, para ajudar a todos os companheiros de minha bancada.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e quero dizer neste instante, Senhor Deputado, da felicidade que temos de ver hoje ressurgir no Partido Trabalhista Brasileiro, um Partido que desde a nossa infância, a gente já conhecia a sua luta pelo Paraná e pelo Brasil inteiro.

Lembraria que nós tivemos a honra de, através de meu saudoso pai, de fundarmos o PTB no município de Cianorte, engajados por companheiros que tanto lutaram pelo PTB, e, hoje, ver com bons olhos, o surgimento de pessoas importantes se agregando a esse partido, em busca da continuidade da democracia no País, como Vossa Excelência, Deputado Erondy Silvério, Deputado Gabriel Manoel e outros, que, ainda, acima

de tudo, estão consolidando o apoio à candidatura do futuro Governador do Paraná, Senador Álvaro Dias.

Isso se soma a uma força de trabalho, dentro do PTB e PMDB, e aí é que nós chegaremos às grandes soluções ao povo paranaense.

Parabenizo ao Partido Trabalhista Brasileiro por essa reunião ontem, de chegar a um consenso e somar com o PMDB do Paraná para que Álvaro Dias chegue à sucessão do Governador José Richa e, immanados, haveremos de solucionar os grandes problemas ainda existentes no nosso Estado.

O SR. FUAD NACLI - Agradeço ao nobre Deputado, porque, como ex-colega do vosso irmão nesta Casa, e hoje Vossa Excelência que faz assento também, que representa a região de Cianorte, como Nelson que foi o primeiro Prefeito de Xambrê, e tantos outros, conhecem a minha origem e a minha forma de fazer política.

Nós, quando assumíamos o compromisso com o PTB, assumíamos o compromisso de respeito às bases de todos aqueles trabalhadores e todos os companheiros que estejam neste ou naquele partido. Mas, com todo respeito que tenho por todos os Deputados, vamos procurar fazer um partido em todos os Municípios do Estado do Paraná.

Vamos percorrer os nossos companheiros, cada um na sua região, mas, sempre, tendo um tratamento de respeito e de carinho pelos nossos companheiros que nos trataram muito bem nesta Casa. Nunca esqueço de um velho colega desta Casa, que hoje não se faz presente, Deputado Emílio Carrazai.

Quando vim para esta Casa, ele me bateu na perna e disse: "Menino, isso aqui engana muita gente. Não adianta vir com essa maneira afeitosa de bronca e briga. A paz e a tranquilidade é que se leva o homem a um bom atendimento".

Tivemos a felicidade, dentro de uma paz, de ter uma reunião harmônica, na data de ontem, dentro do consenso do espírito de todos trabalhistas, na vanguarda do PTB e daqueles jovens que, hoje, também, agregam o Partido Trabalhista Brasileiro, e de tantos companheiros como Júlio da Rocha Xavier, numa unidade só, com um espírito só, procurando unir este Partido, para que ele seja, se Deus quiser, há poucos dias nós não tínhamos nenhum representante nesta Casa de Leis, e se Deus quiser, não queremos ter a ambição de sermos o segundo, nesta Casa, em número de bancada, mas queremos, pelo menos fazer o nosso representante para a Câmara Federal e para a Assembléia Legislativa.

Para Senador e para Governador, ontem ficou decidido que nós vamos com o candidato a Senador, dentro de uma conversa que

vai se ter dentro do Partido, que nós vamos ter uma coligação ou uma aliança um apoio, a Convenção como acabei de dizer Senhores Deputados, ela é soberana mas já antecipadamente, nós podemos tranquilizar que a maioria absoluta, com restrição de nenhum Deputado de nenhum membro do partido fez restrição à candidatura do Senador Álvaro Dias e com referência ao Vice-Governador da chapa do PMDB, nós vamos acatar a decisão dos Senhores que levarão o nome do candidato para fazer a dobradinha com o Senador Álvaro Dias, para que nós possamos fazer a campanha conjuntamente com o respeito mútuo do PMDB e do PTB.

Meu muito obrigado, Senhores Deputados e Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No horário das Lideranças, concedo a palavra à Representação do PCB. (Declina).

Concedo a palavra à Representação do PFL. (Declina). Concedo a palavra à Representação do PDS. (Declina). Concedo a palavra à Representação do PDT. Deputado Belinati com a palavra.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Enquanto o Trabalhador Rural, sem terra, vive às margens das estradas passando fome e frio, com sua família, o INCRA, órgão encarregado de promover a Reforma Agrária, se é que promove, aluga 5 pavimentos do prédio mais luxuoso e caro de Curitiba, o Centro Comercial Itália, onde está localizado o Shopping Itália, para instalar a sua sede.

O que mais espanta e nos deixa intrigados é que apesar do órgão, apesar do INCRA reclamar da falta de recursos para acelerar a Reforma Agrária, num Paraná que tem mais de 20 mil trabalhadores reclamando terra para plantar o INCRA, órgão do Governo, dispende por mês, Sr. Presidente, Srs. Deputados a bagatela de aproximadamente 50 mil cruzados em aluguel da sua nova e luxuosa sede, no Edifício Itália, em Curitiba.

Pelo contrato da sede anterior, na Vicente Machado, o órgão gastava Cr\$ 33.001,70 de aluguel, e cujo prazo de vigência do contrato de locação, de uma sede que era muito boa na Avenida Vicente Machado iria este contrato de locação até o dia 24 de agosto do corrente ano.

Um prédio que o INCRA ocupava sozinho, não estava sujeito às despesas complementares de condomínio, não estava sujeito às despesas extras.

Agora, sem qualquer justificativa, o INCRA muda a sua sede, rompe um contrato em vigor, pagando em aluguel, uma multa correspondente à aproximadamente 132 milhões de cruzeiros antigos.

Existe muita coisa estranha no contra-

to firmado pelo Sr. Romão Miranda Vidal. Diretor Geral do INCRA no Paraná. O Sr. Romão precisa, com urgência, porque autorizou a ida de uma funcionária a São Paulo às escondidas para conversar com os proprietários do imóvel. Conversar o que? O que foi tratado? O que foi acertado? Essas perguntas devem ser com urgência respondidas pelos dirigentes do INCRA no Paraná.

Outro aspecto que nos deixa convencido que houve coisa estranha, porque o Sr. Romão Miranda Vidal mentiu para a imprensa quando afirmou que não havia aumento no preço do aluguel, se o órgão pagava 33 milhões de cruzeiros antigos de aluguel, passou pagar 150 milhões de cruzeiros antigos de aluguel, é evidente que houve um aumento de 120 mil cruzados por mês.

Há quem diga que o Sr. Romão preferiu o Centro Itália para ficar próximo do Presidente do PMDB, Senador Álvaro Dias, que tem um escritório no mesmo prédio, outros, entretanto, garantem que o Sr. Romão quis fugir dos trabalhadores sem terra, que vão se sentir até incomodados e desajeitados, o trabalhador humilde, simplório, que vem do interior para tratar de algum problema do INCRA, só em ver aquela pomposidade do Edifício Itália, ele não vai ter coragem sequer de pegar o elevador para subir à sede luxuosa do INCRA, no prédio mais caro do Paraná.

Mas, não é só o Sr. Romão Miranda Vidal que precisa explicar o que foi fazer somente este ano, seis vezes em Foz do Iguaçu. Bem, ali em Foz do Iguaçu é sabido que muitos brasileiros vão passear, outros vão para fazer compras, e outros vão até para fazer contrabandos. Só que muitos vão, ou a grande maioria com o seu próprio dinheiro, pagam as suas passagens, pagam o seu próprio hotel, o Sr. Romão vai com passagens e hotel pagos pelo INCRA.

Aliás, Srs. Deputados, o INCRA parece mais uma agência de turismo em que alguns funcionários, entre eles o próprio diretor Romão Miranda Vidal viajam "a serviço" para complementar o seu salário, conforme confessa uma funcionária.

"É sabido por todos que as viagens têm o cunho inegável de uma complementação salarial..."

É a confissão pública da irregularidade, da imoralidade, da malversação do dinheiro público.

Acontece que exatamente os mais bem remunerados são os que mais viajam para complementar o seu polpudo salário. Somente um funcionário em 170 dias úteis viajou aproximadamente 105 dias, recebendo cerca de 40 milhões de cruzeiros antigos de complementação. O que um funcionário comum iria receber em cerca de três ou quatro anos de trabalho do INCRA.

De todas essas irregularidades, a que

nos mais preocupa é o caso da indenização dos expropriados do imóvel "Nova Perseverança, localizado nos Municípios de Marreleiro, Francisco Beltrão e Salgado Filho, que o INCRA desapropriou em 1980.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência concede um aparte, nobre Deputado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Sr. Presidente, solicitaria a Vossa Excelência para providenciar não seja interrompido o meu discurso. Eu não darei aparte ao ilustre Deputado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Não precisa dizer ao Presidente, porque eu estou regimentalmente.

O SR. ANTONIO BELINATI - Continuando, Sr. Presidente, apesar das promessas até a presente data, o INCRA não pagou a indenização que ultrapassa a cifra de 27 bilhões de cruzeiros antigos. A alegação é que as normas foram canceladas.

Ocorre, Srs. Deputados, que repentinamente aparece um advogado, ao que tudo indica, orientado pelo próprio INCRA, cobrando 25% do valor da indenização, e até agora conseguiu a homologação por sentença de aproximadamente 200 termos de acordo para levantamento da indenização dos agricultores, das 400 procurações angariadas até a presente data.

Uma imoralidade, uma grande negociata fabricada, montada pelo próprio INCRA, para tirar vantagem em cima do sofrido homem do campo.

Somente em honorários, esses advogados, que não se sabe se foram regamente indicados pelo comando da INCRA, os advogados arrecadarão cerca de seis bilhões e setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros antigos, graças à cumplicidade dos dirigentes do INCRA. Esses, Srs. Deputados, é o INCRA que pretende fazer a Reforma Agrária em nosso Paraná. Sinceramente, não acreditamos que o Ministro Nelson Ribeiro tenha conhecimento dessas falcaturas, dessas negociatas. Esperamos, ao fazer as denúncias, que o Ministro mande com urgência apurar os responsáveis pelos desmandos, pelas irregularidades, e o mais grave pelas negociatas no pagamento das indenizações dos expropriados do imóvel "Nova Perseverança."

E é bom lembrar que o PMDB pregou em palanque, o combate sem trégua à corrupção e fraudes.

Aqui está a oportunidade do PMDB cumprir o que prometeu.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem

revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.65/86, constante da Ordem do Dia marcada para a Sessão de hoje. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação para o Projeto de Lei n.65/86, acima aprovado:

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.65/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.49/86), que dispõe sobre vencimentos do funcionalismo em geral, com a revisão dos vencimentos dos cargos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, dos índices de soldos dos policiais militares e dos índices de vencimentos dos policiais civis e dos Agentes Fiscais, bem como adota outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e C.F. por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A.27, de 15/04/86, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.65/86

PARECER:

De autoria do chefe do Poder Executivo, o presente plano de lei dispõe sobre vencimentos do funcionalismo público em geral e dá outras providências.

A matéria aqui apresentada, segundo a Mensagem 49/86, que encaminha, tem por fundamentos o resultado de estudos que foram elaborados pelas Secretarias de Estado da Administração, Planejamento e Finanças, por ocasião do Veto parcial ao Projeto de lei n.04/86 - que tratava sobre assunto idêntico.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar sobre a sua constitucionalidade e legalidade, temos que a matéria não encontra qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, opinando-se favoravelmente a sua aprovação, tendo em vista a detalhada exposição de motivos que acompanha o projeto, que nos convence da sua oportunidade.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24/04/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
EZEQUIAS LOSSO - Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI N.65/86

PARECER:

O presente plano de lei é oriundo de Mensagem Governamental, e dispõe sobre vencimentos do funcionalismo em geral, com a revisão dos vencimentos dos cargos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, dos índices de soldos dos policiais militares e dos índices de vencimentos dos policiais civis e dos Agentes Fiscais, bem como adota outras providências.

Sobre a matéria houve pronunciamento favorável das Doulas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, abordando os aspectos que lhes são pertinentes, e opinando, ambas, pela aprovação.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos, temos que o seu conteúdo atende plenamente às necessidades, conforme depreende-se da exposição de motivos da Mensagem, razão pela qual opinamos pela aprovação do projeto, dando parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25/04/86.

(aa) PÉRICLES PACHECO - Presidente;
ODENI MONGRUEL - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI n.65/86

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental n.49/86, tem por finalidade alterar os vencimentos do Funcionalismo em Geral, com a revisão dos vencimentos Cargos do Quadro Próprio do Magistério, dos índices de Soldos dos Policiais Militares, bem como adota outras providências.

Sobre a matéria houve pronunciamento favorável da Doula Comissão de Constituição e Justiça, que opinou sobre a legalidade e contitucionalidade do projeto.

Chamada a opinar sobre o aspecto financeiro da matéria, entendemos que o projeto encontra-se em condições de ser apreciado pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições nosso Parecer é FAVORÁVEL, recomendando-se a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25/04/86.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente e Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

4.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.31/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.25/86), que objetiva alterar a redação dos arts.5.º, 9.º e 14., da Lei n.8.216, de

31/12/85 (Lei de Imposto de Propriedade de Veículos Automotores - IPVA). Com PARECERES FAVORÁVEIS das Comissões de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças. Por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Com EMENDA DE 3.^a DISCUSSÃO. Aprovado. O projeto irá à Redação Final.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.164/85, de autoria dos Deputados Nilso Sguarezi, Djalma de A. César e Dirceu Manfrinato, que estende o direito de COMPRA DE VAGA, por intermédio da Secretaria da Educação, a todos os alunos excepcionais matriculados em escolas especializadas, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e da C.E., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. 79/85, de 21/08/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 164/85

PARECER:

Os nobres Deputados Nilso Sguarezi, Djalma de Almeida César e Dirceu Manfrinato apresentaram Projeto de Lei que leva o n. 164/85, cuja finalidade é estender o direito de COMPRA DE VAGA a todos os alunos excepcionais matriculados em escolas especializadas.

Além de a iniciativa se revestir de elevado espírito humanitário, a mesma não contraria dispositivo legal ou constitucional, vindo ao encontro de que preceituam os Artigos 137, 138 e 158 da nossa Constituição Estadual.

Assim sendo, o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça é favorável à aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26/09/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
ODENI MONGRUEL - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 164/85

PARECER:

De autoria dos nobres Deputados Nilso Sguarezi, Djalma de A. César e Dirceu Manfrinato, o projeto de lei em tela tem por finalidade estender o direito de COMPRA DE VAGA, por intermédio da Secretaria de Educação, a todos os alunos excepcionais matriculados em escolas especializadas, na forma que especifica.

Sobre a matéria houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando a sua legalidade e constitucionalidade.

No âmbito desta Comissão de Finanças, a que é chamada a opinar, temos que o Projeto em si não encontra qualquer entrave que possa obstaculizar a sua tramitação por esta Casa, quanto ao seu aspecto financeiro.

Nestas condições, o nosso parecer é

Curitiba, terça, em 29.04.86

favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.
É o parecer.

Sala das Comissões, em
07 de novembro de 1985.

(aa) ERVIN BONKOSKI
Presidente
AUGUSTO CARNEIRO
Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI N. 164/85

PARECER:

O projeto de lei em exame, de iniciativa dos nobres Deputados Nilso Sguarezi, Djalma de Almeida César e Dirceu Manfrinato, estende o direito de COMPRA DE VAGA, a todos os alunos excepcionais matriculados em escolas especializadas.

A matéria já foi objeto de apreciação das doutas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, merecendo de ambas o necessário parecer favorável.

O alcance social da medida é imenso e revela a importância que passa a ser dada à questão do excepcional, que receberá tratamento privilegiado por parte do Poder Público.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 08/04/86.

(aa) RUBENS BUENO - Presidente;
TADEU FRANÇA - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 214/85, de autoria do Deputado Antonio Martin Annibelli, que proíbe o uso do fumo nas dependências das Escolas, Creches e Praças de Esporte do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.I., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. n. 96/85, de 23.09.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI N. 214/85

Art.1.^o - É proibido, a partir desta lei, o uso do fumo nas dependências de Creches e Praças de Esporte do Estado.

Art.2.^o - Compete aos diretores e responsáveis dos estabelecimentos, a fiscalização do cumprimento do previsto no artigo anterior.

Art.3.^o - Os infratores, sejam eles do corpo docente ou discente, serão inicialmente, advertidos por escrito e, na reincidência, suspensos.

Art.4.^o - Nas dependências dos locais abrangidos por esta lei, bem como pela Lei n. 02/80, serão afixados cartazes em tamanho e locais visíveis, com dizeres diretamente relacionados aos malefícios do fumo e os conseqüentes prejuízos à saúde.

Art.5.º - Esta lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições que contrariem.

Sala das Comissões, em 29/10/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
EZEQUIAS LOSSO - Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 214/85

PARECER:

Pretende o nobre Deputado Antonio Anibelli, com o presente plano de lei, proibir o uso de fumo nas dependências das Escolas, Creches e Praças de Esporte do Estado.

A matéria é das mais meritórias tendo em vista os tremendos males causados pelo tabaco.

Há, entretanto, a considerar a vigência da Lei n. 02/80, que estabelece ser "expressamente proibido fumar nos veículos de transporte coletivo intermunicipal e no interior de estabelecimentos público estadual"

Por esta razão o parecer é favorável com a emenda substitutiva em anexo.

Sala das Comissões, em 29/10/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
EZEQUIAS LOSSO - Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI N. 214/85

PARECER:

Senhor Presidente.

Entendo que a Lei n. 02/80, mencionada no parecer de fls. 04, configura a adoção, em nosso Estado, de uma tendência, de caráter mundial, no sentido de cercear-se o fumo em locais fechados sujeitos a concentração de pessoas.

Por outro lado, parece-me claro que, se é proibido fumar nas escolas públicas, justa e coerente se faz a mesma proibição nas creches. Afinal, as crianças que ali se encontram, são geralmente da mais tenra idade.

Quanto às praças esportivas, a proibição ali do tabagismo é, em meu entender, extensão pura e simples do mesmo espírito legal que preside as outras restrições.

Opino, assim, favoravelmente ao projeto, na forma do substitutivo apresentado, às fls. 03, pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 08/04/86.

(aa) RUBENS BUENO - Presidente;
MÁRCIO ALMEIDA - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 138/85, de autoria dos Deputados Nilso Squarezzi, Anibal Khury e Nelson Buffara, que institui prêmio anual denominado "ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ", destinado ao Concurso Paranaense de Fan-

farras e Bandas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e da C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. n. 106/85, de 09.10.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 138/85

PARECER:

Por intermédio do Projeto de Resolução n.138/85, pretende-se instituir o Prêmio Anual com a denominação "Assembléia Legislativa do Estado do Paraná", ao Concurso Paranaense de Fanfarras e Bandas.

Não havendo impedimento legal ou constitucional e convencidos pela justificativa que acompanha a proposição somos pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01/04/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
EZEQUIAS LOSSO - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 138/85

PARECER:

O presente plano de resolução visa instituir o prêmio anual denominado "ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ", destinado ao Concurso Paranaense de Fanfarras e Bandas.

A matéria não encontra nenhum óbice de natureza financeira que possa impedir sua normal tramitação.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 08/04/86.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente
HOMERO OGUIDO - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 03/86, (Mensagem n. 11/86 Ex-Proposição n. 28/86) - oriundo do PARECER aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o Convênio sob n. 122/85 celebrado em 09/12/85, entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias do Planejamento e dos Transportes e do DER e a SUDESUL, objetivando a execução de obras destinadas à recomposição do sistema na área impactada pela formação do Reservatório da Hidrelétrica de Itaipu. Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 04/86, (Mensagem n. 08/86 Ex-Proposição n. 30/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com os Municípios e datas que especifica, visando a transferência de recursos financeiros e de tecnologia do sistema construtivo de natureza alternativa solo-cimento. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 05/86, (Mensagem n. 22/86 Ex-Proposição n. 42/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o Convênio SES/Mtb n. 60/85, celebrado em 18/11/85, entre a União, através dos Ministérios do Planejamento e do Trabalho e o Estado do Paraná, através da Secretaria Extraordinária do Trabalho e Assuntos Comunitários, visando manter intercâmbio financeiro para o desenvolvimento de projetos de criação de Emprego de Renda a Cargo dos Estados e Municípios. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Namazio Mayer, ocorrido no Município de São Mateus do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Constantino Fabrício de Mello, ocorrido dia 25 de abril do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando anexação da Mensagem Governamental n. 50/86, ao Projeto de Lei n. 221/85, já aprovado por esta Casa de Leis e que tratam de matéria análogas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante de expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Segurança Pública, encarecendo a instauração de inquérito para apurar responsabilidades dos soldados da Polícia Militar, envolvidos no espancamento de trabalhadores, durante manifestação contra as demissões de funcionários do Banco Meridional, em Londrina, bem como o afastamento do tenente-coronel Clóvis Pinheiro Lima do 5.º Batalhão da Polícia Militar. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a construção de novas salas de aula para a Escola Estadual João Paulo I, no Município de Campina da Lagoa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Superintenden-

te da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação encarecendo recursos para a construção de uma quadra de esportes no Colégio Estadual Padre Antônio Vieira - Ensino de 1.º e 2.º Graus, do Município de Engenheiro Beltrão. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão de Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Governador do Estado, encarecendo que o aumento do funcionalismo público, seja efetuado através de Folha Suplementar, objetivando a neutralidade sobre os efeitos do Imposto de Renda. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação de Delegacias Distritais no Município de Cascavel. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante de expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Ministro da Fazenda, encarecendo a definição dos preços dos fertilizantes e adubos, em todo o território nacional. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, aos Senhores Ministro da Agricultura e Presidente do IBDF, encarecendo aprovação às cartas-consultas para o Estado do Paraná, solicitando pela Associação Paranaense de Reflorestadores. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Delegado do IBDF, encarecendo a intervenção junto à presidência daquele órgão, para atendimento da reivindicação da Associação Paranaense de Reflorestadores, de no mínimo 41.360 ha. de cobertura florestal no Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o

envio de expediente ao Senhor Ministro da Agricultura, encarecendo a aprovação da reivindicação da Associação Paranaense de Reflorestadores, de no mínimo 41.360 ha. de cobertura florestal no Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente solicitando votos de congratula-

ções ao C.T.G. Boi Brazino, do Município de Rebouças, pela realização do 1.º Rodeio Crioulo Interestadual. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pelo 115.º aniversário do Município de Imbituva. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Ministro da Agricultura, encarecendo a aprovação de áreas para reflorestamento no Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente, ao Senhor Ministro da Previdência, encarecendo autorização de uma cota de internamento do INAMPS para o Município de Fênix. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo reformas gerais nas instalações da Escola Estadual Maria Antonieta Scarpari - Ensino de 1.º Grau, do município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo a destinação de uma viatura devidamente equipada para a Delegacia de Polícia do Município de Iretama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo seja elevada à entrância final a Comarca de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, viabilizando o aumento do efetivo policial para a delegacia do Município de Janiópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Igreja Adventista do 7.º Dia, pela inauguração da sede da Corporação da União Sul Brasileira da IASD. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente,

solicitando o envio de expediente, ao Senhor Diretor do DETRAN, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública encarecendo sejam destinados gratuitamente, à Prefeitura Municipal de Cascavel, as placas usadas dos veículos, inservíveis para o DETRAN e que se encontram armazenadas na CIRETRAN, do Município de Cascavel. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, do editorial publicado no Jornal "Gazeta do Povo", sob o título "O Paroquialismo Sucessório". Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

O SR. JORGE MAIA FILHO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas, apesar de ser matéria vencida, deixar registrado nesta Casa que o Partido da Frente Liberal, através da sua Liderança, entrou com uma emenda ao Projeto de Lei 65/86, de autoria do Executivo, elevando para 3 pisos salariais o piso mínimo dos Senhores Professores, e esperamos que essa emenda seja discutida na próxima sessão. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa na ocasião oportuna vai decidir sobre a de Vossa Excelência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene para quinta-feira, dia 30, às 15:00 horas, para entrega de título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Simões de Paiva Netto, e uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 02, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 31/86.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 164/85, 214/85, 65/86 dos Projetos de Resolução n. 138/85 e 03, 04 e 05/86.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 206, 218/85 e 12/86, dos Projetos de Resolução n. 06, 07 e 08/86.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO CAÍTO QUINTANA, EM SESSÃO DO DIA 29 DE ABRIL DE 1986.

"PAROQUIALISMO SUCESSÓRIO"

O contraste é nítido, claro e berran-

te. As lutas sucessórias em São Paulo ou Minas Gerais, por exemplo, tem muito mais espaços de atenções, no Paraná, que nosso pleito em relação aos veículos nacionais ou regionais desses Estados. Repetindo a idéia e usando outras palavras e talvez num exagero de imagem, diríamos que as batalhas paranaenses para os caminhos em direção ao Palácio Iguazu são tão desconhecidas pelos mineiros e paulistas quanto as refregas políticas... do Piauí, ou das Alagoas. Não estamos muito distantes dessa verdade, numa evidência de que o quarto ou quinto colégio eleitoral - um dos principais Brasil-Sul - não se encontra na equação dos espaços promocionais da grande imprensa nacional e nem diz nada às atenções em outras unidades da Federação.

Estamos, pois, vivendo uma sucessão paroquial, desimportando, por exemplo, ou que a oposição derrote um dos PMDBs mais fortes do país, ou a legenda peemedebista faça, aqui, um pleito muito mais expressivo que em São Paulo ou Minas Gerais, não só em termos de eleição do governador, mas, também, de composição de bancadas legislativas. Ora, num raciocínio um pouco mais para frente e a continuar essa realidade berrante, clara e nítida, sairemos, paranaensemente, do 15 de novembro com um quadro de resultados eleitorais sem nenhuma expressividade com vistas à mesa da sucessão presidencial que se formará já no ano vindouro, para que se assista às diretas em 88 - se assim o entenderem os constituintes que o Brasil elegerá neste novembro.

Tudo conflua para que o Paraná político-eleitoral continue provinciano e vivendo um momento a mais de seu paroquialismo pequeno, sorno e até macambúzio. Na ignorância de que temos quadros humanos da melhor liderança - e a nível nacional, também - vamos praticar, selvagememente, o antropofagismo canhoto e pequeno, durante uma campanha que só se acelerará depois das Convenções partidárias (pós Copa do México). Continuaremos ignorando, por exemplo, o fato de que o Paraná, já vivendo uma liderança política meridional, se vai estraçalhar na mutilação do corpo de sua liderança, como se não tivéssemos outras idéias que não as da desfiguração da imagem de nossos líderes políticos - desimporte se da situação ou da oposição. Assistiremos muito mais à dureza dos julgamentos próprios do Juízo Final que a formulação de projetos - quer dos pretendentes ao Executivo estadual ou dos que desejam as cadeiras senatoriais, ou das deputanças federais e estaduais. Todos

iremos para o rio da irrisão e da loucura antropofágica, num primitivismo político-eleitoral de entredevoramento, esquecendo-se que uma campanha precisa ter bandeiras positivas, que falem aos interesses do povo - de um povo paranaense que deseja sair da lateralização em que nos encontramos no plano nacional.

Diz-se que o poder - que se busca eleitoralmente - só é detido por quem dele tem vontade e o exerce com imaginação. Não adianta se sentar nas poltronas do poder para ocupá-lo tão só fisicamente. O relevante é o seu exercício pleno e a partir de idéias que se busque levá-las à realidade. Em política, igualmente, essas verdades acacias têm densidade e significação. Não será pintando paredes com nomes de pré-candidatos que o Paraná haverá de ver uma campanha. Campanha que terá que ser emulsionada por idéias. E idéias que não sejam marcadas, exclusivamente, pela pejoração, como se tivéssemos a obrigação de se ver somente, um imenso "lavar de roupa suja" a nível da totalidade da vida paranaense e na comprovação de que nossos políticos são, somente, homens marcados pelo erro, omissão, perjúrio ou praticantes de ilícitos morais ou penais. Temos valores e devemos assistir às batalhas eleitorais em níveis melhores, a partir de idéias que devem ser levantadas, dentre elas a da própria valorização dos políticos, para que não se venha a emergir do 15 de novembro com o travo amaríssimo de que não conseguimos sair do antropofagismo paroquial, em que ninguém é prezado pelos seus concidadãos.

O Paraná político-eleitoral, daqui até as eleições, não pode, também, ficar à margem dos espaços de atenções brasileiras, deixando que São Paulo ou Minas Gerais - por exemplo - ocupem tão largamente o interesse de nossa coletividade. Só seremos grandes na medida em que houver pontos de grandeza por parte dos políticos paranaenses - eles, mais que ninguém - em condições de comandar um processo no qual se poderão denegrir ou exaltar-se diante da opinião e todos nós. Essa é uma abertura para a qual se solicita a inteligência e a sensibilidade de nossos valores, a fim de que o Paraná se coloque, nacionalmente, como uma unidade que está sabendo enaltecer suas figuras debruçadas no pleito de novembro. Os espaços que desejamos a nível de Brasil dependem muito menos de nós e muito mais daqueles que estão interessados nas cadeiras de conquista política deste ano. Eles poderão colocar-se na evidência positiva ou ser lançados da Rocha Tarpéia.